



# a Voz do Operário

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco  
ANO 139 NÚMERO 3051 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA  
FEVEREIRO 2018 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



## Palestina Os homens que não puderam ser crianças

Em plena tempestade política no Médio Oriente, a exposição mediática da prisão da adolescente Ahd Tamimi revelou ao mundo uma realidade que tem décadas. Desde que começou a ocupação, há 80 anos, confrontadas com um verdadeiro *apartheid*, as crianças pales-

tinianas convivem com a barbárie. Só no ano passado, Israel prendeu 300 menores e matou impunemente 14. Ashraf Abuhajleh e Anan Tanja vivem em Portugal há mais de uma década e contam como passaram parte da infância nos cárceres israelitas. **págs. 6 e 7**



## Operárias da ex-Triumph: coragem e dignidade

Em defesa dos postos de trabalho, a luta das trabalhadoras da empresa têxtil pelos seus direitos marcou o mês de janeiro. Depois do pedido de insolvência por parte da Gramax, mantiveram-se à porta da fábrica, ao frio e à chuva, durante semanas para impedir que as máquinas fossem retiradas. **pág. 12**



## Populações contra encerramentos nos CTT

Centenas de pessoas manifestaram-se, em vários pontos do país, contra o fecho de estações de correios anunciado pela administração da empresa. Só na área metropolitana são sete. A luta contra a privatização volta às ruas a 23 de fevereiro. **pág. 11**

## 135.º Aniversário Personalidades felicitam A Voz do Operário

Dezenas de representantes associativos, culturais e políticos fazem parte da Comissão de Honra que vai encabeçar as comemorações do aniversário d'A Voz. Ao jornal, chegaram várias mensagens que celebram o trajeto histórico desta instituição e que destacam o prestígio alicerçado no trabalho junto das populações. **págs. 8 e 9**



## Fevereiro, mês de comemorar A Voz

No dia 17 deste mês, A Voz do Operário vai assinalar o seu 135.º aniversário com um programa que inclui o lançamento do livro sobre a história da instituição, um jantar comemorativo e a homenagem a Júlio Isidro. As várias escolas vão celebrar também com diferentes atividades o seu modelo pedagógico.



## Direita tenta impedir Lula

Depois da judicialização da política com a destituição de Dilma Rousseff da presidência do Brasil, tribunais tentam impedir a candidatura de Lula da Silva ampliando a sentença para 12 anos de prisão sem provas que fundamentem a decisão, diz a esquerda. Nas ruas, organizações sociais, sindicatos e partidos prometem dar luta. **pág. 14**

## Livro dos 135 anos de História da Voz do Operário

No âmbito da celebração dos 135 anos da Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, a Direção decidiu produzir um livro que conta a riquíssima história da Instituição e cujo lançamento ocorrerá no próximo dia 17 de Fevereiro, enquadrado na Sessão Solene de comemoração do aniversário.

Esta publicação, que tem como principal obreiro Alberto Franco, foi elaborada a partir de um minucioso trabalho de pesquisa do vasto espólio reunido, o qual assinala o percurso de uma Instituição com uma marca indelével não só em Lisboa como no país.

A Voz do Operário surgiu da luta dos operários tabaqueiros contra a exploração e a miséria, razão porque fundaram o seu jornal que passaria a ser o meio privilegiado não só para denunciar as terríveis condições de trabalho e de vida, como para pugnar e difundir as suas justas reivindicações.

Mas era necessário uma estrutura organizativa que para além de sustentar o Jornal tivesse um papel importante na luta pela dignidade e pela melhoria das condições dos trabalhadores e ao mesmo tempo contribuísse para a sua emancipação e elevação cultural. Assim surgiu, há 135 anos, A Voz do Operário enquanto Instituição.

Desde logo foram fundadas escolas para que os trabalhadores e os seus filhos tivessem acesso ao ensino ao mesmo tempo que foi desenvolvida uma muita profícua atividade cultural nos diferentes campos da arte. Foram criadas salas de leitura, que deram lugar à nossa biblioteca, a qual reúne um acervo muito vasto, fonte privilegiada na elaboração da história que agora é publicada.

A Voz do Operário nasceu nos tempos muitos difíceis da vida dos trabalhadores no último quartel do século XIX, viveu nos primeiros anos do século XX a luta pelo derrube da monarquia e pela instauração de um regime que atendesse às justas reivindicações do povo português.

Esteve na implantação da República onde teve um papel muito importante no âmbito da educação, com várias dezenas de escolas da Voz do Operário. Assistiu à primeira guerra mundial e viu com grande esperança os ventos de mudança que a nível mundial eram trazidos pela vitória da Revolução Bolchevique.

Resistiu aos tempos negros do fascismo, que nem a derrota do nazismo na segunda guerra mundial permitiu aliviar, tendo as suas instalações sido palco de muito importantes acontecimentos no âmbito da luta dos trabalhadores, nomeadamente na vertente da organização sindical.

Viu o mar de esperança que a Revolução do 25 de Abril trouxe ao povo português, e as conquistas então alcançadas, o fim da guerra colonial e a independência dos povos africanos.

Em pleno século XXI prossegue a atividade com redobrado vigor, mantendo-se firme na defesa dos princípios que alicerçaram a sua fundação.

É difícil encontrar na região de Lisboa quem não tenha tido alguém na família com ligação à Voz do Operário. Foram muitos milhares os sócios que passaram pela nossa instituição e usufruíram das suas valências, desde a educação à cultura, ao desporto ou às atividades sociais.

O livro dos 135 anos constitui igualmente uma relevante homenagem aos fundadores e todos aqueles que ao longo de tantas gerações souberam honrar os desígnios da Voz do Operário, sempre no trilho da luta contra a exploração e pela emancipação dos trabalhadores e assinala o percurso da nossa Instituição até aos nossos dias, a partir do qual projetamos um futuro de consolidação e reforço da atividade em todas as vertentes, designadamente as assentes no nosso projeto educativo ímpar; o estreitamento da ligação aos sócios; o reforço das atividades sociais, levando mais longe a matriz da solidariedade que sempre foi um dos pilares da nossa Instituição; passando pelos investimentos em curso e outros planeados para apetrechar devidamente as nossas instalações; dando especial ênfase à publicação do nosso jornal, que com 139 anos de existência é o periódico operário que há mais tempo se publica regularmente em Portugal.

Tendo por base os princípios que sempre estiveram subjacentes à Instituição, à cabeça dos quais estão a defesa dos interesses dos trabalhadores e a solidariedade, é naturalmente muito promissor o futuro que aguarda a Voz do Operário o qual, com o empenho de todos, honrará a riquíssima história agora relatada no livro dos 135 anos.

**Manuel Figueiredo,**  
Presidente da Direção

## Editorial

# Contradições por resolver

Palmadinhas nas costas é o que têm recebido dos sucessivos governos os administradores das empresas quando decidem algum tipo de reestruturação que é, muitas vezes, outro nome para aquilo que já sabemos: precariedade, despedimentos e destruição do aparelho produtivo. Durante semanas, assistimos a uma campanha despuddorada que tenta deslegitimar as reivindicações dos operários da Autoeuropa. Diz-se que se a Volkswagen decidir deslocalizar a fábrica de Palmela a culpa é dos trabalhadores mas quando se assiste à insolvência da ex-Triumph, propriedade da Gramax, ninguém aponta o dedo aos patrões. Já nos CTT, apesar dos lucros, o processo de privatização pode conduzir ao despedimento de centenas de mulheres e homens. Foi deste desequilíbrio de forças que nasceu há 135 anos A Voz do Operário. Da necessidade de dar expressão às reivindicações do proletariado tabaqueiro na segunda metade do século XIX. Hoje, apesar das muitas conquistas, continua a lutar-se por uma sociedade mais justa. Os recentes protestos em todo o país contra o encerramento de estações de correios é apenas um dos muitos exemplos.

Mas esse desequilíbrio expressa-se de diferentes formas em todo o mundo. Na Palestina, a que damos destaque nesta edição, a barbárie passeia-se com o patrocínio norte-americano. Indiferentes à violação constante dos direitos humanos, o governo dos Estados Unidos faz vista grossa às atrocidades cometidas por Israel. Da Faixa de Gaza e Cisjordânia aos campos de refugiados noutros países, os palestinianos reclamam o fim da ocupação cujo 80.º aniversário se assinala este ano. Desde então, milhões exigem que Israel cumpra a resolução 194 aprovada, na altura, pela Assembleia-Geral da ONU que preconiza o regresso de todos os que foram expulsos das suas terras e a atribuição de compensações. Que Donald Trump proclame Jerusalém como capital israelita é uma formalidade mas é também rasgar os Acordos de Paz, assinados em Oslo, que apresentavam a histórica cidade como sede dos dois Estados. A Palestina continua, pois, a ser uma bandeira de todos os que denunciam as condições a que está submetida. Para além dos assassinatos, da tortura durante as detenções e dos milhares de presos políticos, os cárceres em que se encontram centenas de crianças palestinianas deviam envergonhar a humanidade.

## a Voz do Operário

**PROPRIEDADE E EDIÇÃO** SIB A Voz do Operário  
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
Telefone: 218 862 155. E-mail: [jornal@vozoperario.pt](mailto:jornal@vozoperario.pt)  
**DIRETOR** Domingos Lobo  
**CHEFE DE REDAÇÃO** Ana Goulart  
**DESIGN E PAGINAÇÃO** Ana Ambrósio, Diogo Jorge  
**FOTOGRAFIA** Nuno Agostinho  
**COLABORADORES** André Levy, Bruno Carvalho, Cátia Rodrigues, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Lina Seabra-Diniz, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Rego Mendes  
**REDAÇÃO** Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa  
**IMPRESSÃO** Empresa Gráfica Funchalense, SA  
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,  
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro  
**N.º DE REGISTO NA ERC** 107759  
**DEPÓSITO LEGAL** 6394/84  
**PERIODICIDADE** Mensal  
**TIRAGEM** 4.000 exemplares  
**ESTATUTO EDITORIAL** [www.vozoperario.pt](http://www.vozoperario.pt)



Membro da  
Associação da  
Imprensa  
Não-Diária

Associação  
Portuguesa  
da Imprensa  
Regional



Aniversário

# 135 anos a dar voz aos que não têm voz

Para comemorar tantos anos de existência, A Voz do Operário está a preparar um programa de iniciativas. No dia 17 de fevereiro, às 19 horas, vai assinalar-se mais um aniversário com uma sessão solene para a qual foi constituída uma comissão de honra que integram destacados membros da nossa sociedade, entre os quais o presidente da Assembleia da República e o Presidente da República. Depois, será apresentado o livro que conta a história da instituição, numa edição da Althum, da autoria de Alberto Franco. Teremos um jantar, de seguida, em que, tal como todos os anos, A Voz homenageará uma figura destacada da comunicação e televisão portuguesa. Júlio Isidro será o homenageado de 2018.

As nossas escolas também estão a preparar dias especiais para marcar este

Em 1879, nascia o jornal *A Voz do Operário* pelas mãos laboriosas dos operários tabaqueiros de Lisboa. Pretendiam estes trabalhadores que o jornal pudesse ser a sua voz num contexto político e social que insistia em abafar as suas exigências e protestos. Três anos depois, os mesmos operários lançaram-se na construção de uma obra que ultrapassaria a sua própria existência.

A Sociedade Cooperativa teria, então, a missão de sustentar o jornal, levar apoio social a esta camada populacional, procurando melhorar as condições de trabalho e de vida, e dar instrução e educação aos seus filhos.

135 anos depois, mantém-se a força deste projeto edificante que continua a eleger a defesa dos trabalhadores como



Lançamento da primeira pedra

evento. No dia 16, alunos, professores, educadores e funcionários da escola da Graça vão organizar uma grande celebração no Largo da Graça. Vão estar presentes com várias bancas que farão a divulgação do modelo pedagógico do movimento escola moderna e onde vão ministrar aulas abertas de várias das atividades que praticam na escola como karaté, yoga, entre outras. Nas bancas vai ser possível à comunidade participar em oficinas de escrita criativa, expressão plástica e experiências científicas.

Nas escolas da Ajuda, Restelo e Margem Sul - Lavradio, Baixa da Banheira e Laranjeiro - os alunos vão também divulgar a filosofia de ensino da Voz e o seu jornal em várias ações de rua.

um dos seus valores fundamentais. Hoje, A Voz do Operário tem como principal setor de atividade o ensino, adotando o modelo pedagógico movimento escola moderna. Foi, aliás, graças ao ensino que conseguiu sobreviver ao fascismo, que por diversas vezes cerceou e censurou tanto o jornal como outras atividades de cariz cultural.

Além do ensino, a instituição tem ainda, uma cada vez maior capacidade no âmbito do apoio social, com o refeitório, serviços de apoio domiciliário e centro de convívio. Também no âmbito do setor associativo, cultural e recreativo, são diversos os eventos que aqui se vão realizando, tal como a 1.ª Gala de Fado realizada, em 2017, entre muitas outras iniciativas.

Escolas



Quadro elaborado pelos alunos d'A Voz

## Celina da Piedade visita a escola da Graça

No dia 6 de janeiro, a cantora de música tradicional portuguesa, Celina da Piedade visitou a escola da Graça, a convite dos alunos do 2.º A.

Tudo começou quando esta turma, no âmbito do projeto 'Histórias e Músicas Tradicionais', escolheu uma das canções de Celina para analisar. Do convívio com esta música surge a ideia do convívio com a intérprete. Assim, os alunos do 2.º A decidiram escrever uma carta a convidar a cantora onde pode ler-se: "Olá Celina, escrevermos esta carta para sabermos se estás bem. Como andamos a cantar a Pêra Verde gostávamos que viesses à nossa escola com o teu acordeão para cantarmos todos juntos. Podemos almoçar e brincar todos juntos no recreio. Esperamos que venhas porque gostamos de ti!"

Celina não só aceitou o convite como também lhes enviou uma carta: "Fiquei

muito feliz por receber a vossa carta, cheia de arte e cor, e claro, com o vosso convite irrecusável".

No dia da visita, os miúdos estavam tão entusiasmados que nem acreditavam que a Celina era uma pessoa real: "Ouvir a alegria deles a cantar é ótimo e é bom perceber que nesta escola não rotulam a música tradicional portuguesa e que a ensinam tão bem!", comentou a cantora.

Celina da Piedade relata que partilhou a carta nas redes sociais e Tiago Pereira, fundador da Musica Portuguesa a Gostar Dela Própria - projeto que funciona nas instalações d'A Voz do Operário - ofereceu-se para gravar um vídeo da artista com os meninos a cantarem a Pêra Verde.

Celina teve também tempo para ir cantar às outras turmas numa visita guiada por alguns dos alunos do 2.ºA. A turma ofereceu-lhe ainda um quadro feito pelos próprios.

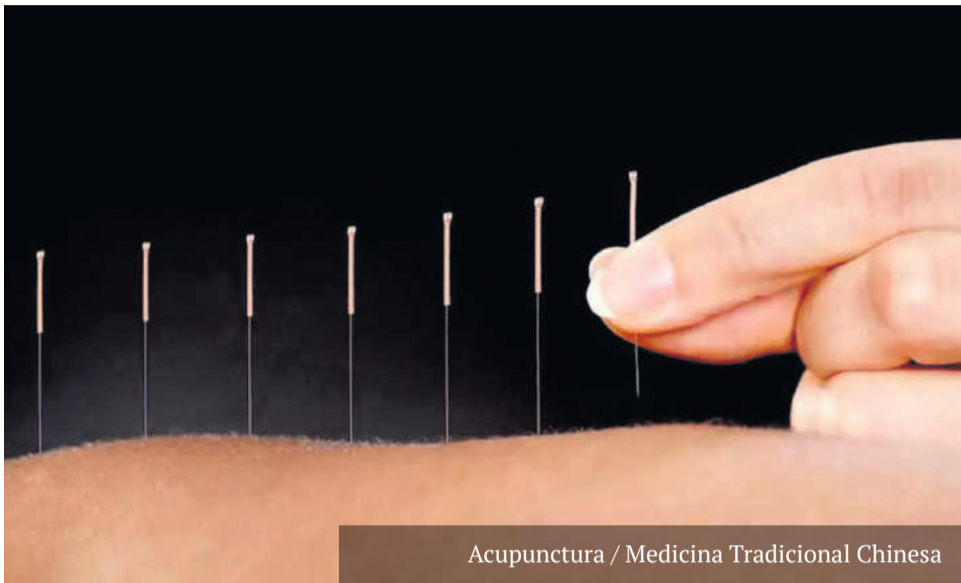
Os 135 anos d'A Voz do Operário contados em livro  
**Lançamento agora em fevereiro!**

Para adquirir antecipadamente um exemplar contacte o número de telefone 218862155, o email [ritamorais@vozoperario.pt](mailto:ritamorais@vozoperario.pt), ou dirija-se a qualquer um dos equipamentos educativos de A Voz do Operário.

35€



## Saúde



Acupunctura / Medicina Tradicional Chinesa

## Acupunctura n'A Voz do Operário

A partir de fevereiro, A Voz do Operário oferece mais um serviço aos seus sócios: acupunctura. Esta é uma terapia milenar originária da China que consiste na aplicação de agulhas em pontos específicos do corpo para promover saúde e bem-estar. Estas agulhas, quando aplicadas sobre algumas regiões específicas, são eficazes no tratamento de diversas doenças físicas ou emocionais como sinusite, asma, enxaqueca ou artrite.

O tratamento vai ser prestado por Pedro Gomes, técnico que é diplomado em Medicina Tradicional Chinesa pela Associação Portuguesa de Acupunctura e Disciplinas Associadas

(APA-DA). Tem também o diploma em Medicina Tradicional Chinesa pelo Centre de Recherche et d'Étude en Acupuncture Traditionnelle (CREAT) e é diplomado em acupunctura e moxabustão na Universidade de Medicina Chinesa Tradicional de Chengdu, além de ter outras formações complementares. Em 2016, recebeu a cédula profissional em acupunctura.

As consultas terão o preço de 70 euros e as sessões de acupunctura serão 38 euros. Os sócios terão um desconto de 20% e podem fazer marcações através dos nossos contactos habituais: geral@vozoperario.pt ou 218862155.

## História



Protocolo com a cinemateca Portuguesa

## Documentários antigos descobertos n'A Voz do Operário

Na sequência da descoberta de duas bobines, que retratam A Voz do Operário nos seus tempos primordiais, a instituição estabeleceu um protocolo com a Cinemateca Portuguesa – Museu do Ci-

nema para que este instituto possa recuperar os materiais filmicos. O jornal irá acompanhar a evolução da recuperação destas relíquias. Mais informações serão dadas a seu tempo.

## Associação

## Convide um amigo a fazer parte d'A Voz do Operário

No ano em que a instituição comemora 135 anos de existência, de luta e de intervenção na sociedade civil, acreditamos que continua a valer a pena fazer-se sócio.

Ser sócio d'A Voz do Operário permite aceder a uma série de serviços, mas mais do que isso permite ser parte integrante de uma associação centenária com um percurso já feito mas com um futuro ainda por construir. Futuro esse que poderá ajudar a materializar. Ser sócio significa que pode eleger mas também ser eleito. Significa que pode ter uma voz no destino da associação e contribuir para que A Voz do Operário chegue a cada vez mais pessoas.

Isabel Silva é uma das mais recentes sócias d'A Voz do Operário. Decidiu inscrever-se há dias e conta-nos porquê: "Toda a vida guardei a recordação da minha escola com um carinho muito especial. A Voz do Operário transmitiu-me valores, tais como a igualdade de direitos entre todos os seres humanos, que até hoje são importantes e estão presentes em muitas das minhas decisões".

Anos depois de ter passado pela escola da Graça, voltou a ter contacto com a instituição através do facebook, sinal dos tempos que correm.

Já António Cabral conhece A Voz do Operário muito antes de existirem as redes sociais. O que o levou a fazer-se sócio foi a entrada da sua filha na escola da

Graça, mas o seu envolvimento foi muito além do âmbito escolar. Agora que a sua filha está noutra ciclo de ensino, António continua a ser um membro ativo na instituição, sendo voluntário em várias das atividades que aqui se desenvolvem.

Ao ser sócio d'A Voz do Operário, vai poder contribuir para a instituição com o seu voluntariado. Vai poder receber o jornal *A Voz do Operário* todos os meses, um jornal independente comprometido com a classe trabalhadora, alugar os nossos espaços a preços reduzidos, usufruir do Gabinete Médico onde pode marcar uma consulta a um preço acessível (8€), praticar atividades desportivas tais como o futsal, utilizar o nosso refeitório por um preço reduzido, frequentar o cabeleireiro social, aceder a um desconto de 10% na Farmácia Almeida Dias, em Lisboa, e usufruir de consultas de psicologia a preços acessíveis. Pode ainda inscrever os seus filhos nas diversas escolas d'A Voz do Operário (creche, pré-escolar, 1.º ciclo, 2.º ciclo e ATL) e estes podem frequentar várias atividades, tais como karaté, judo, ballet, capoeira, aulas de guitarra, aulas de inglês, aulas de expressão plástica, aulas de teatro-dança, aulas de yoga e prática de jogos de tabuleiro.

Para os nossos sócios seniores oferecemos ainda um centro de convívio e serviços de apoio domiciliário (higiene da casa e alimentação).

### Ao ser sócio d'A Voz do Operário pode:

- receber o jornal *A Voz do Operário* todos os meses, um jornal independente, comprometido com a classe trabalhadora;
- alugar os nossos espaços a preços reduzidos;
- usufruir do Gabinete Médico onde pode marcar uma consulta a um preço acessível (8€);
- praticar atividades desportivas tais como o futsal;
- utilizar o nosso refeitório por um preço reduzido;
- frequentar o cabeleireiro social;
- aceder a um desconto de 10% na Farmácia Almeida Dias, em Lisboa;
- usufruir de consultas de psicologia a preços acessíveis;
- inscrever os seus filhos nas diversas escolas d'A Voz do Operário (creche, pré-escolar, 1.º ciclo, 2.º ciclo e ATL) e estes podem frequentar várias atividades, tais como karaté, judo, ballet, capoeira, aulas de guitarra, aulas de inglês, aulas de expressão plástica, aulas de teatro-dança, aulas de yoga e prática de jogos de tabuleiro.

Escolas

# A Escola do Século XXI - uma questão de diferenciação?



**Tatiana Ferreirim**

Discute-se, nos tempos que correm, o perfil do aluno para o Século XXI. O documento retrata o que se espera das crianças à saída dos 12 anos de escolaridade obrigatória, focando aprendizagens assentes em valores humanitários, de respeito e responsabilidade, valorizando a participação social ativa, a comunidade e produção cultural, enfatizando várias áreas de saber para além dos convencionais e relembrando uma escola para todos e de todos, sem exceção.

Do ponto de vista teórico parece que o que se espera da escola se começa a aproximar um pouco mais daquilo que é, em nosso entender, o ideal: uma comunidade inteira que, em cooperação, trabalha para desenvolver e promover a participação das nossas crianças enquanto cidadãs. Mas como se podem colocar estes princípios em prática? Será possível falar do que se espera do aluno do século XXI, sem se falar do que espera a sociedade e o próprio aluno da escola? Qual será o perfil da escola e do professor do século XXI? Como fazer para que a escola do Século XXI seja uma escola que a todos acolhe e que a todos dê oportunidades de ser e de aprender?

Ora, se tratamos de uma escola que compreende que todos os seus intervenientes são diferentes e que os seus saberes partem de pontos de partida distintos, é por demais evidente que também o processo para chegar ao que se espera ao final da escolaridade obrigatória deverá ser diferente. Salta-nos à memória um chavão de que tanto se fala e que, na maior parte das

escolas, tão pouco se pensa: “pedagogia diferenciada”.

Só diferenciando cada vez mais a prática pedagógica, chegaremos a uma educação equitativa, que ajuda a promover em cada um, de acordo com aquilo que já sabe e que precisa de saber, o seu potencial. Se ensinarmos a todos como se de um só se tratasse, não haverá inclusão, diz José Pacheco, fundador da escola da Ponte. E quando se fala em inclusão, fala-se de incluir a todos, desde os que tem um compromisso intelectual aos que têm competências extraordinárias numa qualquer área não tão valorizada pela escola. Incluir deveria ser o nome da apropriação conjunta dos saberes uns dos outros e do encontro do nosso lugar na sociedade baseada na relação entre cada um de nós dentro da comunidade educativa.

A Escola do Século XXI, poderá ser aquela em que trocamos o papel de “ensinador” pelo papel de monitor ou orientador, que questiona e provoca na criança a curiosidade e a motivação para procurar as respostas e descobrir o seu saber. Nesta função a Escola do Século XXI desafiar-se-à a diferenciar o seu ensino, saindo do trabalho igual para todos e das medidas compensatórias que, na maior parte das vezes, acabam por ser socialmente desvalorizadas e promotoras de exclusão.

A Escola do Século XXI é desafiada a olhar e pensar os seus grupos de forma diferente. Reconhece que só na escola e nos hospitais se contemplam os grupos falsamente homogêneos e que a heterogeneidade traz riqueza ao trabalho desenvolvido. Ao fazê-lo, cuidará dos seus professores, para que estes

possam humanamente descentrar de si o trabalho, incluindo-os no grupo e atribuindo-lhes parte da responsabilidade sobre as suas aprendizagens.

Atualmente, o professor passa cerca de três quartos do seu tempo efetuando um trabalho essencialmente expositivo. O restante do tempo é ocupado sobretudo por tarefas simultâneas que tenta sem sucesso realizar ao mesmo tempo, precedidas de correções conjuntas onde não há espaço para compreender o processo e chegar às dúvidas que cada um tem. Assume-se que ao ver a solução todos se conseguirão confrontar com a sua dificuldade e compreender o processo para chegar à resposta, o que nem sempre é verdade.

Ao permitir que o professor partilhe mais a responsabilidade com as crianças, a Escola do Século XXI, liberta-o para poder ajudar aquelas que em algum momento mais precisam do seu apoio. Sim, dentro da pedagogia diferenciada cabe outro chavão: o da individualização. Segundo Niza, do MEM, em determinados momentos tem de se individualizar o trabalho para que os alunos que mais necessitam do professor possam depois ter ferramentas para aprender no tempo da aula e com o seu grupo. O indivíduo só pode ter consciência do seu valor no grupo e só poderá ter um papel quando respeita e é respeitado na sua individualidade. Assim, na Escola do Século XXI, a criança poderá, partindo do trabalho autónomo contratualizado, da cooperação entre pares e do trabalho com o professor, apoiado na interação personalizada, desenvolver ferramentas para poder ser parte do grupo e da reflexão coletiva em que se constroem as aprendizagens. A Escola do Século XXI assegurará também que aquilo que se aprende fora da sala deverá ser retomado e reconhecido dentro dela, cooperando com as famílias e trazendo para dentro da escola as suas mais-valias, de forma a facilitar o acesso ao que é esperado que se aprenda na escola.

Pierre Bourdieu, sociólogo francês, dizia que a maior brutalidade da escola, enquanto fábrica de exclusão era a indiferença à diferença. Parece-nos que tudo se resume à relação. Será impossível desenvolver um perfil do Aluno (e do Professor) do Século XXI sem que, antes de mais, se veja que “aluno” e “professor” são pessoas com mais papéis para além destes, que se influenciam entre si e na interação de cada um na comunidade. Será impossível educar e ensinar sem que haja uma relação de respeito e afeto entre os que dela fazem parte. É fundamental compreendermos que pessoas são aquelas com quem partilhamos os dias e cuida-las: alunos, docentes, não-docentes e famílias.

Em resumo, o Aluno do Século XXI só o será se frequentar uma Escola também ela do Século XXI. Uma escola que celebra e se aproveita da diferença para promover o desenvolvimento dos alunos, uma escola comunitária que vê em seu redor oportunidades de aprendizagem descentradas do professor mas sabiamente desencadeadas e orientadas por ele. O Aluno do Século XXI tanto mais alcançará quanto mais o ajudarmos a ser e a descobrir o seu papel dentro de uma comunidade que se quer para todos.

## Palestinianos em Portugal - Ashraf Abuhajleh e Anan Tanja



«Israel não me deixou ser criança»

*Telavive continua a desafiar o mundo enchendo as prisões de jovens. A Voz do Operário conversou com um palestino que viveu essa experiência. Foi detido e torturado quando era criança. Na Cisjordânia, onde Israel lhe roubou a infância, aprendeu na escola das ruas que sem resistência a Palestina não tem futuro. Hoje, vive em Lisboa mas as memórias mantêm-se intactas. Quando fecha os olhos, lembra-se do cheiro da terra e dos olivais a perder de vista. Diz que é do seu povo que mais falta sente. E não tem dúvidas: Jerusalém é a capital da Palestina e a ocupação e a paz são incompatíveis.*

### Bruno Carvalho

A 14 de março de 1978, 25 mil soldados israelitas invadiram o sul do Líbano para atacar as zonas de influência da Organização de Libertação da Palestina (OLP). A agressão militar provocou cerca de 2 mil mortos, entre libaneses e palestinos, e 250 mil deslocados. Exatamente uma semana antes, Ashraf Abuhajleh nascia numa cidade cisjordana com pouco mais do que 5 mil habitantes. Conta que Deir Istiya fica perto de Nablus: “É uma localidade histórica porque tem um importante templo cristão. Também é famosa pelas suas oliveiras”. A partir da década de 50, depois da declaração de independência de Israel que conduziu à expulsão de quase um milhão de palestinos das suas casas, a terra natal de Ashraf transforma-se num dos bastiões do Partido Comunista, ao ponto de lhe chamarem Moscovo da Palestina. Desde então, a ocupação e a resistência marcaram a vida de gerações de árabes que cresceram sob o signo da violência.

“Ir de casa até à escola implicava assistir a confrontos diários e nós não éramos alheios ao que vivíamos. Nós não pudemos ser crianças. A presença de Israel nos nossos territórios é criminosa”, des-

creve Ashraf. É uma realidade que não mudou muito. Só em 2017, até agosto, as tropas israelitas mataram sete estudantes e deixaram 284 feridos entre alunos, professores e auxiliares. Segundo um relatório divulgado pelo responsável pela pasta da Educação na Palestina, até esse mês, 634 estudantes e 183 professores foram detidos. O documento revelou ainda que as barreiras militares impediram o leccionamento de 1516 aulas. Ashraf explica que só quem vive determinado grau de violência diária é que pode compreender o sentimento de revolta que germina cedo na consciência dos jovens palestinos. Lembra-se de quando atirou a primeira pedra contra um blindado israelita: “Cercaram Deir Istiya depois de uma ação da resistência e impuseram o recolher obrigatório. Não podíamos andar nas ruas”, conta. “Depois, perseguiram-me até casa, falaram com os meus pais e acusaram-me de os ter apedrejado. O capitão disse-me que da próxima vez ia preso”, acrescenta. Tinha onze anos.

### Arriscar a morte aos onze

Quando rebentou a primeira *intifada*, em 1987, Ashraf tinha nove anos e assistiu ao levantamento do povo palestino contra a ocupação. Sucessivas greves gerais, boicote às instituições israelitas, recusa

em pagar impostos a Telavive e a trabalhar nos colonatos e ações da resistência foram a primeira resposta à morte de quatro civis num campo de refugiados em Jabalia. Israel contra-atacou com o envio de 80 mil soldados. O resultado foi brutal. Nesse mesmo ano, morreram 311 palestinos, 53 deles com menos de 17 anos. Em 1988, a organização Save the Children estimava que 7% dos palestinos com menos de 18 anos tinham sido vítimas de disparos, bastonadas ou gás lacrimogéneo. Quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas condenou o uso de munição real por parte de Telavive contra a população civil, o então ministro da Defesa, Yitzhak Rabin, que viria a receber o Nobel da Paz, ordenou o uso de bastões e afirmou que o exército devia partir os ossos aos palestinos. Entre 23 e 30 mil crianças tiveram de ser assistidas em consequência de agressões por parte das tropas israelitas.

“Em plena *intifada*, comecei a fazer coisas sozinho. Atirava pedras aos soldados, pintava faixas e pichava paredes. Depois, pouco antes dos 12 anos, juntei-me com um grupo de amigos”, recorda Ashraf. Até que chegou o dia que jamais esquecerá. “Fomos emboscados pelo exército quando alguns camaradas lançavam *cocktail molotovs* contra tanques israelitas”,

descreve. As metralhadoras dispararam mais de 25 tiros contra as crianças palestinas. Uma delas caiu abatida e a outra foi levada em estado grave para um hospital sob detenção. Para a vida, ficou-lhe a aprendizagem de que um camarada na prisão não denuncia os companheiros de luta. “Ele estava ferido, foi torturado e, ainda assim, não disse um único dos nomes que os israelitas exigiam”, conta.

### Preso e torturado aos 13

O grupo de pequenos resistentes continuou a sua atividade contra a ocupação num contexto de insurreição generalizada até os serviços israelitas de inteligência identificarem Ashraf depois de uma ação. Antes, entrara na Frente Popular para a Libertação da Palestina, organização histórica da esquerda palestina. Tinha 13 anos quando o avisaram que ia ser capturado. “Eu não queria ser preso. Como a maioria dos jovens palestinos eu queria continuar a resistir mesmo que isso significasse a morte. Mas por causa da minha família decidi permanecer em casa”, explica. Conversou com os pais e explicou o que estava a acontecer. Olhando para trás, aqueles dias “foram duros” e lembra que “ninguém gosta de ver o filho preso, morto ou ferido”. Dias depois, um enorme aparato militar cercou a casa

da família Abuhajleh. “Puseram um lança-rockets apontado para a casa. Tinham ordens para a demolir como vingança pelas minhas atividades políticas. À última hora, um advogado conseguiu cancelar essa barbárie”, denuncia.

Até ao centro de detenção, ninguém lhe tocou mas mal o jeep parou atiraram-no algemado para cima de umas roseiras. Levava um saco na cabeça e foi arrastado pelo chão até ao detetor de metais. “Depois, dois soldados alternavam entre si para me espancar. Foi a madrugada inteira e ainda nem sequer era o interrogatório. Fui insultado e agredido. Mas já sabia que isso ia acontecer. É o que acontece sempre”, descreve. “O interrogatório foi pior. Não fui só insultado. Ameaçaram matar-me e à minha família. Não me davam de comer nem de beber. Obrigavam-me a ficar acordado. Lembro-me que metiam gravações de ópera no volume máximo. Despiam-me, batiam-me e apertavam-me os testículos com força”, recorda. “Apesar de não nos deixarem ter infância claro que eu continuava a ser uma criança. Tinha apenas 13 anos e estava a ser torturado”. Ashraf conta, então, que passaram a usar a técnica do polícia bom e do polícia mau. Diziam-lhe que tinham filhos da mesma idade. Que os seus camaradas haviam sido presos e que já tinham falado e se também falasse podia abandonar a prisão. “Pensei no meu companheiro que com apenas 12 anos não tinha dado o meu nome aos torturadores. Isso deu-me força”.

Foi condenado a dez anos de prisão dos quais só cumpriu oito meses graças aos acordos de paz assinados em Oslo que permitiram a libertação de centenas de crianças. Ashraf descreve o cárcere como algo desumano: “Eu era uma criança e estava numa cela cheia de ratazanas e baratas. A sanita era um barril meio caído cheio de excrementos e moscas com um cortinado desfeito”. Quando saiu tinha perdido dois anos letivos. “Perdi praticamente dois anos porque fui preso no segundo período do 9º ano e fui libertado quando já devia estar no 10º. Felizmente, Yasser Arafat decidiu que as escolas deviam aprovar todas as crianças presas”, acrescenta.

### Portugal

Vinte e quatro anos depois, Ashraf vive em Lisboa. Estudou em Aveiro graças a uma bolsa de estudo e diz que os portugueses são um povo simpático e solidário. Apesar de terem passado duas décadas e meia, considera que pouco mudou. Em Portugal, as crianças têm direitos, diz, mas na Palestina continuam a ser mortas, presas e torturadas. “É certo que agora há mais cobertura. Naquela altura não havia redes sociais e era mais difícil denunciar a nossa situação”, recorda. O caso de Ahed Tamimi é importante “mas não é único”. Continua a haver centenas de crianças nas prisões israelitas. Ashraf

concorda com a resistência à ocupação “em todas as suas formas” e diz que o que “foi tomado pela força só voltará pela força”. Não porque sejam violentos ou terroristas mas porque têm “o direito reconhecido pela ONU de resistir à ocupação”.

Anan Tanja é outro dos cerca de 70 palestinos que vivem em Portugal. Na Europa, é um dos principais dirigentes da Fatah, partido da Palestina fundado por Yasser Arafat e de que é responsável no nosso país. Em 1979, nasceu em Belém, considerada pelos cristãos o berço de Jesus Cristo. Foi precisamente na Igreja da Natividade, templo bizantino construído em 325, que Anan se refugiou, em 2002, durante a segunda intifada. Mais de três mil soldados israelitas, 200 tanques e 30 aviões de combate participaram no cerco ao edifício com o objetivo de capturar as dezenas de resistentes palestinos que se encontravam no interior.

“Fui ferido e detido ainda na primeira intifada quando era uma criança”, conta à *A Voz do Operário*. Anos mais tarde, Anan viria a figurar na lista dos mais procurados por Israel. Em Lisboa, conta que o seu sonho é poder regressar à Palestina. “A paz só é possível quando os israelitas aceitarem um Estado palestino independente com Jerusalém como capital”, explica.

### A formação de Israel

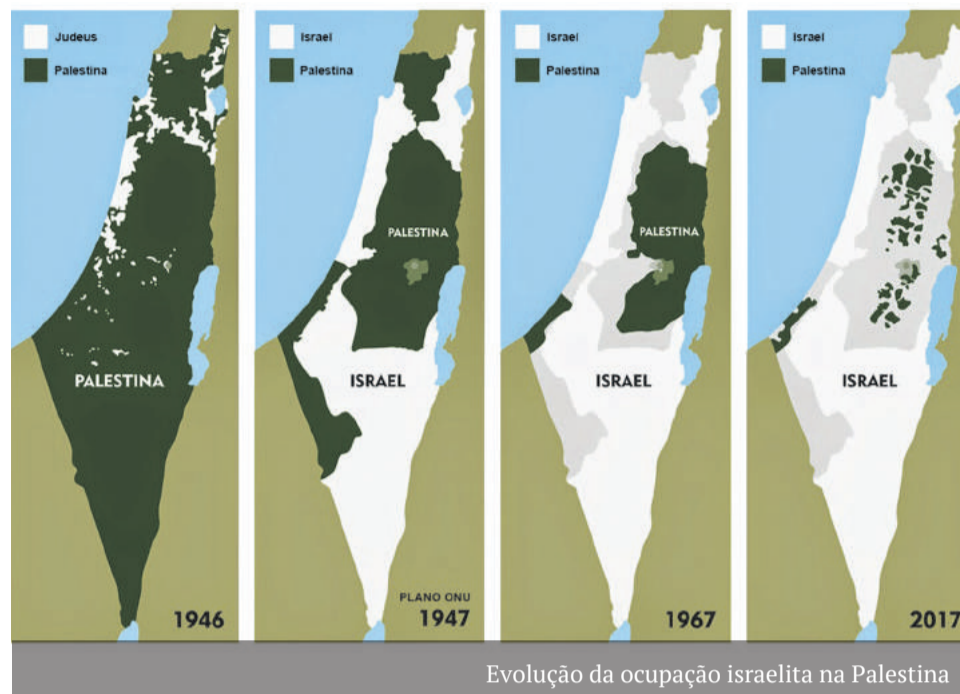
**1903** – O secretário para as Colónias Britânicas, Joseph Chamberlain, propõe Uganda como solução para um Estado judeu. Proposta é debatida no sexto congresso da Organização Sionista Mundial, em Basileia. Depois de visitarem o país africano decidem declinar a oferta e insistem na Palestina.

**1914** – Os judeus correspondem a 6% da população que vive na Palestina.

**1946** - Na sequência do relatório da comissão de inquérito anglo-americana é apresentado o Plano Morrison-Grady que estabelece duas regiões semi-autónomas, uma judaica e outra árabe, sob tutela britânica.

**1947** - A Grã-Bretanha renuncia ao mandato sobre a Palestina. As Nações Unidas votam a Resolução 181 que prevê a partilha da Palestina entre um Estado judaico (55% da área do país), um Estado árabe (44%) e uma zona internacional (os Lugares Santos: Jerusalém e Belém). As autoridades sionistas aceitam o plano, os árabes recusam.

**1948** - As forças britânicas abandonam a Palestina, deixando a maior parte do seu armamento aos grupos israelitas. David Ben Gourion proclama o Estado de Israel ocupando 78% do território. Mais de um milhão de palestinos é obrigado a fugir. A Assembleia-Geral da ONU aprova a Resolução 194 que apela ao fim das hostilidades e preconiza o “direito ao regresso” dos refugiados palestinos e a atribuição de compensações por parte de Israel.



### Maioria dos países contra decisão de Washington

A decisão de transferência da embaixada norte-americana de Telavive para Jerusalém e o reconhecimento oficial desta cidade como capital de Israel desatou a revolta na Palestina e motivou a rejeição da maioria dos governos. Na resolução apresentada na Assembleia-Geral da ONU, **128 países** consideraram a declaração de Donald Trump nula.



**Ahed Tamimi** / Os tribunais militares israelitas decidiram, a 17 de janeiro, manter a jovem palestina de 16 anos encarcerada por mais 101 dias até ao fim dos procedimentos criminais. Ahed Tamimi foi detida numa operação do exército de Israel dias depois de ter tentado expulsar dois soldados da porta de casa. Imediatamente antes, o seu primo, Muhammad Fadel Tamimi, havia sido alvejado na cabeça ficando gravemente ferido. A mãe e um primo encontram-se também sob detenção à espera de julgamento. Ahed é uma das 350 menores palestinas que se encontram nas prisões israelitas.



Crianças palestinas, em 2017, sob o regime israelita

## 135.º Aniversário



Durante 135 anos, a vida d'A Voz do Operário marcou e foi marcada por inúmeras gerações de trabalhadores que com o seu esforço e dedicação contribuíram para que o prestígio da instituição rompesse as fronteiras de Lisboa. Hoje, é um marco associativo com uma inegável experiência histórica no contexto nacional. Nesse sentido, constituiu-se uma comissão de honra que vai presidir às comemorações oficiais do aniversário d'A Voz do Operário. São mulheres e homens que se destacam em diferentes áreas da vida social, cultural e política do nosso país e que não quiseram deixar de expressar a sua simpatia pelo trabalho da instituição.

**Arménio Carlos**  
Secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

É uma referência no plano social, educacional e cultural e um património da população e da cidade de Lisboa. O sonho que todos os dias se renova e se torna uma realidade com o trabalho de muitos.

**André Nunes de Almeida Couto**  
Presidente da Junta de Campolide em Lisboa

Antes de mais, parabéns pelos 135 anos d'A Voz do Operário. A Voz do Operário que tem na sua fundação uma história, que eu acho lindíssima e que me é muito querida como fanático da causa republicana. A junção de socialistas, de trabalhadores, de republicanos que há muitos anos atrás se uniram por esta causa, que foi determinante para o futuro do nosso país. Regressando aos nossos tempos, o apoio social que A Voz do Operário dispensa aos mais novos e mais velhos, em especial nos últimos anos em que a anterior governação deixou tantas gente numa situação mais vulnerável, foi, é, e tenho a certeza que continuará a ser fundamental para o futuro. Assim como fundamental é o seu papel nas marchas populares de Lisboa, que vai marcando o passado e o presente e que marcará certamente o futuro da nossa cidade, numa altura em que é importante que consigamos preservar estas nossas tradições e em que vamos discutindo até que ponto as mudanças mais recentes em Lisboa podem afetar a nossa identidade. Relativamente a Campolide: trabalhámos sempre em conjunto e continuamos a trabalhar. Ainda neste último ano no nosso "Vamos à Aventura" as refeições vieram d'A Voz do Ope-

rário e isso deixa-nos muito contentes. Será, certamente, uma colaboração para continuar.

**António Borges Coelho**  
Historiador

A Voz do Operário tem tido uma ação na cidade de Lisboa extremamente positiva. Inicialmente, quando o jornal nasce, é a assunção por parte de uma camada operária, que são os manipuladores de tabaco, a consciência de que a instrução e a cultura são essenciais para o cidadão e para o homem comum. Isso é importantíssimo. Depois rapidamente a própria Voz do Operário dá a volta e toma como sua atividade central, precisamente, a instrução, sobretudo nos bairros mais pobres onde havia maior dificuldade de acesso a ela. Em suma considero a ação d'A Voz do Operário magnífica e, ao longo do tempo, isso tem sido reconhecido pelos poderes públicos. Desejo uma vida muito longa e fértil à A Voz do Operário.

**Augusto Flor**  
Presidente da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto

A Voz do Operário é uma referência nacional do Associativismo. Pelo seu passado junto do operariado, da população mais explorada, mas também no presente no apoio aos movimentos sociais e cívicos com destaque para a defesa dos serviços públicos e da paz. É, além disso, uma escola de valores e pratica métodos e técnicas inovadoras no campo pedagógico do ensino. Tem sido um parceiro regular e estruturante da Confederação Portuguesa das Colectividades. A Voz do Operário representa uma referência no plano dos valores da demo-

cracia, liberdade e solidariedade associativa sendo merecedora da minha consideração e apoio incondicional.

**Eduardo Ferro Rodrigues**  
Presidente da Assembleia da República

Em nome da Assembleia da República, quero dar os parabéns à A Voz do Operário e à sua Direção pelos seus 135 anos de atividade, comemorados este ano com um vasto conjunto de iniciativas.

Aceitei com gosto integrar a Comissão de Honra deste aniversário. Não podendo estar presente na apresentação da edição comemorativa aproveitei para enviar esta mensagem de saudação.

Uma mensagem de reconhecimento pessoal e institucional pelo trabalho desenvolvido na Voz do Operário, Sociedade de Instrução e Beneficência.

O jornal fundado há 138 anos por Custódio Gomes deu voz a um operariado emergente. Nos últimos 135 anos, além de dar voz aos trabalhadores, esta instituição centenária tem desenvolvido uma obra social notável, com atividades nas áreas da educação, da cultura e do desporto que muito têm beneficiado as crianças e jovens da Área Metropolitana de Lisboa.

Parabéns A Voz do Operário!

**Francisco Silva Dias**  
Arquiteto e cronista no jornal A Voz do Operário

A Voz do Operário "entranhou-se" na minha vida quando, já adulto, fui aliciado por dois amigos, companheiros de lides políticas e sócios há muito. Até então, desde criança A Voz era uma entidade mítica – havia lá uma escola, tinha um jornal e um salão de festas onde se



exibiam filmes que os jornais anunciavam regularmente e, o que era mais impressionante, ajudava as pessoas pobres e garantia funerais dignos aos operários que faleciam. Depois a dimensão da instituição alargou-se para mim e posso dizer que a sua presença é hoje quotidiana – o jornal (recorde-se com orgulho que é um dos três periódicos mais antigos do país) mantém um interesse que vai das questões de saúde individual à pública ao ordenamento do território, passando por problemas laborais e do alojamento da população, da mobilidade e do equipamento social, enquanto a escola assegura o seu objetivo primeiro que é a formação dos cidadãos civicamente conscientes e participativos.

A convivência n'A Voz do Operário é território onde a par de grandes emoções cabe "a pequena história", como, por exemplo, esta que a propósito do 135º aniversário vou buscar à memória: a minha família aguardava sempre com expectativa a publicação na *República* das crónicas que durante a Segunda Guerra Mundial Rocha Martins assinalava e que os ardinas anunciavam a ple-nos pulmões

... fala o Rocha!

acrescentando alguns, mais politizados ou afoitos

... e o governo fica "à brocha"!

Teria eu na altura dez ou doze anos e algumas dezenas de anos depois foi-me dado descobrir que Rocha Martins tinha sido sócio da Voz e que legava à instituição valioso imóvel.

e a lembrança transformou-se em emoção.

### José Henrique

**Presidente da Federação das Coletividades do Distrito de Lisboa**

A Voz do Operário representa para a cidade, com um ensino de referência com o método movimento escola moderna, uma ferramenta essencial para o desenvolvimento e futuro das nossas crianças. Como coletividade representa em toda a sua vertente o Movimento Associativo Popular. Para mim, como dirigente associativo e tendo feito parte dos órgãos sociais da instituição, representou uma aprendizagem e conhecimento em todas as vertentes incluindo as amizades com todos que de uma maneira ou outra colaboram com a Voz do Operário tendo enriquecido o meu percurso como dirigente associativo voluntário

### Marcelo Rebelo de Sousa

**Presidente da República**

Começo por sublinhar que se trata de uma instituição centenária, que no próximo mês de fevereiro comemora 135 de anos de existência sustentada. Aproveito a oportunidade para publicamente endereçar os parabéns a todos os cerca de cinco mil associados. A Voz do Operário, Sociedade de Instrução e Beneficência, tem desenvolvido um trabalho marcante e consensualmente meritório na capacitação dos seus associados e da comunidade envolvente, promovendo as condições para o exercício pleno da cidadania.

A fundação do jornal em 1879 é realizada por operários da indústria tabaqueira. Estes trabalhadores, que constituíam, então, o grupo mais instruído do operariado nacional, tinham a necessidade de expressar publicamente as preocupações com as suas condições de vida. Essa preocupação fundadora é ainda hoje observável.

No campo da educação, traço matricial da sua existência, a Voz do Operário é um dos estabelecimentos de referência do Movimento da Escola Moderna (MEM). A ideia da escola para todos os alunos, o respeito das diferenças entre os alunos e a participação dos pais nas atividades escolares são hoje princípios inscritos no desenho das modernas políticas públicas. Outros princípios defendidos não são observáveis nas práticas pe-

dagógicas da maioria das escolas do sistema educativo português, tais como: "cada aluno só alcança os seus objetivos escolares se os restantes colegas atingirem os seus; a gestão dos conteúdos a aprender é feita de forma partilhada entre alunos e professores; a prática democrática de organização da vida na escola institui-se em Conselho de Cooperação Educativa". A relevância do contributo d'A Voz do Operário pode ser medida pela rede de estabelecimentos de ensino na área metropolitana de Lisboa, oferecendo serviços que vão desde o berçário até ao 6.º ano de escolaridade. Mais de mil crianças frequentam os seus espaços de educação e ensino.

Na área social, a Voz do Operário realiza um importante trabalho de proximidade e de apoio aos seus associados e à comunidade envolvente, respondendo aos problemas e às necessidades das populações. É de realçar, neste quadro, o serviço de apoio domiciliário, o balneário e o refeitório sociais, assim como, o gabinete médico e o serviço de psicologia para a comunidade. Por fim, no campo cultural, sublinha-se a promoção de atividades em diversas áreas como o ballet, o cinema, a música, exposições e debates.

O centenário caminho percorrido pela instituição, os seus princípios e preocupações fazem d'A Voz do



## Personalidades felicitam A Voz do Operário

Operário uma entidade de referência nos domínios da educação, cultura e solidariedade social. Representa a necessidade de existência de um contínuo esforço na construção de uma sociedade mais qualificada, mais solidária e mais coesa. Representa ainda a possibilidade de todos os indivíduos sem exceção exercerem uma cidadania plena.

### Natalina Tavares de Moura

**Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente em Lisboa**

Com uma atividade ininterrupta ao longo de 135 anos, a Voz do Operário tornou-se uma referência cívica na cidade, nomeadamente na resposta social que tem permitido mitigar as dificuldades que lhe são colocadas pelos fregueses desta área territorial.

Enquanto autarca posso testemunhar a disponibilidade para trabalhar em conjunto com a Junta de Freguesia a que presido, procurando encontrar as melhores soluções para São Vicente, num clima de respeito mútuo entre entidades livre e autónomas.

Também na área pedagógica, com as suas escolas com forte identidade própria, A Voz do Operário ganhou um papel de destaque na formação anual de centenas de crianças e jovens que aqui se educam e se formam cida-

dãos. Esta é, sem dúvida, uma instituição com carácter identitário merecedora de respeito pelas atividades que desenvolve nas diferentes áreas de intervenção cultural, social e recreativa.

### Pedro Franco

**Presidente da Associação de Coletividades do Concelho de Lisboa**

A Importância que a Voz do Operário tem para a cidade é muito grande. Sendo uma instituição cheia de tradições e beleza tem um trabalho meritório que merece cada vez mais ser apoiada, coisa que geralmente não acontece.

Além de ter uma forte presença para a economia local também apoia os mais desfavorecidos, jovens e idosos. A Cidade de Lisboa só tem beneficiado com a Voz do Operário, pois sendo uma instituição privada de ensino a formação é das mais avançadas e os seus técnicos são preparados para uma melhoria da educação. Também dá um grande contributo para várias frentes, sejam elas desportivas culturais ou outras, apoiando sempre o que é de interesse para a cidade.

A Voz do Operário representa para mim uma mais-valia não só da cidade como do país. Sem ela ficaríamos todos mais pobres, isto é, não veríamos tudo o que rodeia desde a pequena grande Marcha Infantil até tudo o que é produzido naquelas quatro paredes já com 135 anos de vida por onde já passaram milhares de grandes homens e mulheres contribuindo com o seu melhor para que hoje seja a Instituição que é.

### José Luís Ferreira

**Deputado do Partido Ecologista "Os Verdes"**

A Voz do Operário é imprescindível para a cidade de Lisboa, mas também para a área metropolitana e o país, por todo o trabalho que desenvolve a nível da atividade cultural, associativa e educativa, do desporto, das artes, sem esquecer a vertente social e das respostas que dá a muitas pessoas que precisam.

Numa altura em que a Voz do Operário comemora 135 anos, continua a prestar um grande serviço à cidade e ao país. É uma instituição que honra os seus compromissos e que além de um passado extraordinário, cheio de história e de realizações, tem um futuro promissor com o objetivo de chegarmos a uma sociedade ideal e sustentável. Sem a Voz do Operário este caminho não era possível, nem Lisboa seria a mesma cidade.

A Voz do Operário pertence à história de todos nós. É um símbolo vivo de uma instituição com uma história e um trabalho ímpares. A Voz do Operário é para mim, como certamente para muitas pessoas, um espaço de encontros e reencontros, onde está sempre presente a luta por uma vida melhor, a força coletiva, a entreaduda e o companheirismo.

Felicitações por mais um aniversário e votos de longa vida a esta Grande Instituição, sem a qual a cidade de Lisboa não seria a mesma.

### Rita Ferro Rodrigues

**Apresentadora de televisão e ex-aluna**

A escola d'A Voz do Operário, neste caso da Estrela, foi determinante na minha formação como pessoa e mulher porque me educou para a solidariedade, para a igualdade, para o respeito pela democracia, o respeito pelas pessoas. Acho que só a partir dos 30 anos é que comecei a perceber o quão determinante isso foi na minha forma de ver o mundo e também na minha forma de tentar ser feliz. Eu vou acompanhando o trabalho d'A Voz do Operário, não com tanto empenho como deveria, confesso, mas vou acompanhando sempre com muito carinho. É a minha escola e será sempre e por isso quero desejar À Voz do Operário tudo de bom e um futuro ainda mais incrível que o seu passado. Parabéns pelos 135 anos.

## Habitação

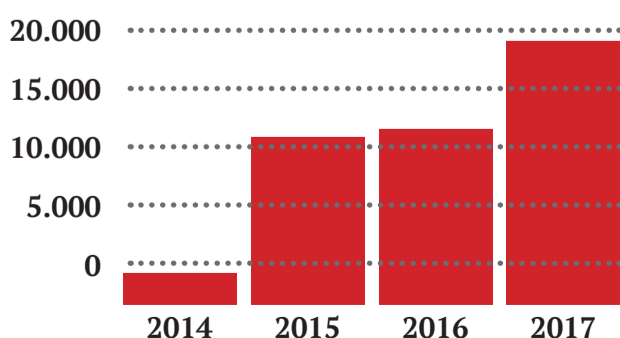
# Oferta de alojamento local sobe 50% em dois anos

A pressão imobiliária, no centro de Lisboa, que só nos últimos dois anos fez disparar a oferta de alojamento local em 50%, motiva estudo que recomenda regras mais apertadas e a atribuição de competências às autarquias para autorizar esta modalidade de arrendamento. Isto, defendem os autores, com vista à manutenção do equilíbrio “com as demais funções urbanas”. Encomendada pela consultora Quaternaire Portugal, a análise insiste que a nova legislação deve distinguir entre o uso intensivo do alojamento local e a iniciativa meramente individual como complemento do rendimento das famílias.

Entre outras medidas, o estudo “Novas dinâmicas urbanas do centro histórico de Lisboa” sugere “limitações ao número de dias por ano e para cada estadia em que um determinado alojamento pode ser alugado”. No caso do uso empresarial diz que as exigências em termos de segurança, lixo, ruído, transporte, estacionamento, informação ao cliente e condições laborais devem aproximar-se “daquelas que vigoram para os empreendimentos turísticos”. Outra das medidas propostas contempla privilegiar fiscalmente a residência habitual face ao alojamento local permitindo aumentar “a oferta de habitação para arrendamento (e residência) permanente e introduzir maior justiça fiscal neste setor”. Os autores concluíram que é “necessário, mesmo urgente” que o poder político intervenha em várias dimensões.

No início do ano, as cinco propostas de alteração à legislação que regulamenta o alojamento local baixaram à discussão na especialidade, na Assembleia da República. O objetivo é chegar a um texto único. Ao contrário do PCP, o PS deixou cair a proposta que dava o poder de veto aos condomínios no arrendamento de casa a turistas. Segundo o *Jornal Económico*, a alternativa pode passar pela revogação de licenças caso o direito dos condóminos possa ser posto em causa por práticas como o ruído excessivo ou ausência de limpeza nas áreas comuns. Agora, o PS quer dar poder aos vizinhos para denunciarem a situação à entidade competente e responde às críticas levantadas pelas autarquias, nomeadamente pela de Lisboa, e até pelo líder do executivo, António Costa. Por sua vez, o CDS-PP manifesta a sua oposição a que os condóminos possam interferir na decisão do tipo de arrendamento alegando que cria mais espaço para conflitos entre a vizinhança. O PCP pretende ainda a subscrição obrigatória de um seguro multi-riscos e que as câmaras municipais possam limitar até 30% a ocupação deste tipo de atividade por prédio e até 30% dos imóveis por freguesia. Já o BE defende a limitação do alojamento local a 90 dias por ano.

### Novos espaços de alojamento local registados em Portugal por ano:



FONTE: Turismo de Portugal a 26/12/2017



## O Robin dos Bosques não dá casas...

O Leitor estranhará certamente o título desta crónica. Recorda-se, em defesa da escolha feita, que o Robin dos Bosques foi um lendário saltador inglês a quem é atribuída a virtude de roubar aos ricos para dar aos pobres. Se substituirmos o vocábulo roubar por outro menos chocante como, por exemplo, “tirar”, e a estória for contada em termos mais aceitáveis como “cobrar aos ricos para dar beneficiar os pobres”, aproximamo-nos da essência da fiscalidade moderna, ou seja, encargar os impostos como potenciais fatores de equilíbrio social. É isso sem assaltos, nem cavalgadas.

O que, até certo ponto, faz lembrar uma frase presente nas paredes do país nos anos quentes do pós-revolução:

“...os ricos que paguem a crise!”

Deriva este arrazoado do ressurgir e do ganhar avassaladora presença uma ideia que surge periodicamente associado a sucessivas tentativas de resolver o problema do alojamento para o maior número através de medidas fiscais e do mito da “renda acessível”.

Apresenta-se agora a ideia através de um programa em que “os proprietários que aceitem (?) arrendar as suas casas por preços inferiores a 20% dos preços de mercado poderão ser isentos de IRS sobre os rendimentos assim obtidos e do abatimento de 50% no respetivo IMI”.

É falaciosa a proposta e isso em três lances se demonstra:

Não é redundância afirmar que os “preços do mercado” são determinados pelo próprio mercado, que é como quem diz pelos proprietários e pelos seus agentes (imobiliários) e que se, dentro deste mecanismo, os alugueres subirem naquela percentagem por indução dos proprietários, quem quiser casa verá na mesma proporção subir a sua taxa de esforço (relação entre o rendimento total da família e a renda exigida) e o senhorio, feitas as contas, poderá ainda vir a beneficiar de isenção e redução de impostos. Na verdade, a frase outrora gritada – “os ricos que paguem a crise” – foi retificada nos novos tempos e substituída por outra:

... são sempre os pobres que pagam a crise...

Isto porque a realidade se mostra incontroversa num aspeto:

a produção e comercialização de fogos cuja renda seja acessível à maioria da população furta-se às regras normais do mercado quando este se apresenta liberalizado no sentido atual do termo.

[se alguém quiser comprar maçãs de uma determinada qualidade procurará um comerciante que as venda, mas se houver um outro comerciante vizinho deste que as venda mais baratas e de igual qualidade, porque limita criteriosamente os seus lucros ou não quer ver apodrecerem as suas maçãs, é óbvio que é a este último que o freguês

comprará as maçãs de que precisa]

Nada disto se sucede no mercado imobiliário, onde as casas não são transportáveis, a procura existe em consequência de necessidades familiares básicas e a oferta adota, implicitamente, práticas com o espírito de “cartel” ao colocar as rendas no nível máximo a que a procura pode ascender. É por esta razão que a espiral dos custos do alojamento não para de progredir e há proprietários que mantêm as suas casas vazias à espera de melhores preços.

[e ao contrário das maçãs, as casas não apodrecem a curto prazo, e muitas vezes, mesmo podres se alugam]

Especulação se chama a esta prática e a linguística pode ajudar-nos a entendê-la: a palavra vem do latim e significa “observar, vigiar, espiar; estar em observação do alto”, ou seja, aguardar mais favoráveis condições para obtenção do lucro máximo.

É um ciclo tormentoso para quem quer casa e que urge quebrar. E isso, sublinhe-se, sem necessidade de roubar aos ricos.

No pós-guerra, nos países da Europa devastada, o problema foi encarado em duas vertentes: a que foi apelidada de “ajuda à pedra”, e que consistia na construção por intervenção direta do Estado, com financiamento público, níveis de qualidade assegurados e distribuição obedecendo a normas estabelecidas, e a “ajuda à pessoa”, que permitia à população individualmente ou organizada, em cooperativas, por exemplo, beneficiar de ajudas para acesso tanto ao mercado livre como diretamente, sem intermediário, à indústria da construção civil.

Não foi o nosso país atingido por nenhuma guerra, mas condições específicas tornaram singular o problema entre nós, nomeadamente em consequência do congelamento das rendas, do envelhecimento do parque imobiliário e dos custos se construção dita clandestina, que muitas vezes não é mais que um mercado negro da habitação.

É na verdade chocante que, neste contexto, o “Cartel” (usa-se aqui a palavra por exclusiva facilidade de expressão) atue com um único objetivo em relação à sumptuosa moradia, a casa em segunda mão e com necessidade de obras ou ao tuguório – o custo da renda será sempre o “valor do mercado” ou seja, o máximo que o futuro locatário pode pagar. Situação que reclama a intervenção estatal especialmente quando se esteja perante um sistema fiscal abonatório para qualquer dos intervenientes.

Urge escalonar efetivamente as rendas em função das qualidades ou da falta de qualidades das habitações postas no mercado tendo em conta, entre outros fatores, as tipologias, as áreas, o estado de conservação e os índices de conforto, onde pode figurar inclusivamente o desafogo ou a insolação.

Em suma, a instituição da renda tabelada.

Francisco Silva Dias

## Transportes públicos



# Precariedade mal disfarçada

Como é do conhecimento público, confirmado pela própria empresa, o Metropolitano de Lisboa, para o funcionamento normal necessita de mais trabalhadores, nomeadamente para a manutenção de material circulante e infraestruturas.

A solução que se esperava para um problema desta natureza era a admissão dos trabalhadores necessários, particularmente numa empresa pública tutelada por um governo cujo primeiro-ministro afirma publicamente e com a maior convicção que tem por objetivo combater a precariedade.

Porém, a realidade é bem diferente. A Administração resolveu fazer um contrato de prestação de serviço com uma empresa.

Contrato de prestação de serviço? Será? Vejamos o seu objeto.

O contrato diz explicitamente:

“Os serviços objeto da prestação de serviços serão realizados em dias úteis, com a seguinte cobertura:

- Serviço permanente de 6 eletromecânicos durante 8 horas, de segunda a quinta-feira das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00;
- Serviço permanente de 6 eletromecânicos durante 7 horas, à sexta-feira das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00.”

O “aluguer” de trabalhadores é um serviço? Desde quando?

Aluguer que tem um horário bem pormenorizado.

Qualquer pessoa que pretenda uma gestão de qualidade numa empresa aposta nos seus trabalhadores, cuja experiência nos trabalhos específicos se vai consolidando e sendo transmitida às novas gerações. Assim se consolida e transmite o saber fazer, uma das principais riquezas de uma empresa e de um país.

Quando se trata de responder pontualmente aos escândalos de um péssimo serviço que os utentes do Metropolitano de Lisboa bem conhecem por o sofrerem na pele, então atamancam-se para aliviar a pressão, mas não se resolvem os problemas.

Acrescente-se que se este contrato se concretizar logo veremos quais os custos para a empresa com este “aluguer” e qual o que seria com a contratação de trabalhadores para o quadro aplicando o Acordo de Empresa em vigor.

Quanto à questão da qualidade do emprego isso é claro, estão a promover a precariedade alcunhando-a de “prestação de serviço”.

Diz ainda o contrato que “A lei aplicável é a portuguesa”.

Mas será que este esquema é legal? Deixamos essa questão aos juristas, mas o que consideramos é que no mínimo é imoral.

A um governo que apregoa querer combater o trabalho precário e permite que ele alastre através de artifícios em empresas por si tuteladas é dizer que se tranca a porta da frente e sub-repticiamente escancarar a das traseiras.

## CTT

# Populações contra o encerramento de estações

Populações de norte a sul do país mobilizaram-se contra o encerramento de 22 postos de correios anunciado pela administração dos CTT. Esta decisão segue-se à tentativa de despedimento de cerca de mil trabalhadores apesar da previsão de lucros para 2017 de 19 milhões de euros. Para 23 de fevereiro, está convocada uma manifestação pelo sindicato e pelas comissões de utentes em Lisboa.

Numa nota enviada às redações, a empresa afirmou que os “serviços prestados nestes pontos de acesso [agora encerrados] passam a ser prestados por outros que distam a uma média de mil metros dos anteriores”. No comunicado, a administração diz ainda que “os CTT pretendem abrir 14 novos pontos de modo a complementar este ajustamento”.

De acordo com o dirigente do SNTCT, José Oliveira, souberam do encerramento das estações no final do horário de trabalho. “Não houve qualquer aviso prévio. Os trabalhadores foram confrontados, a generalidade deles, à

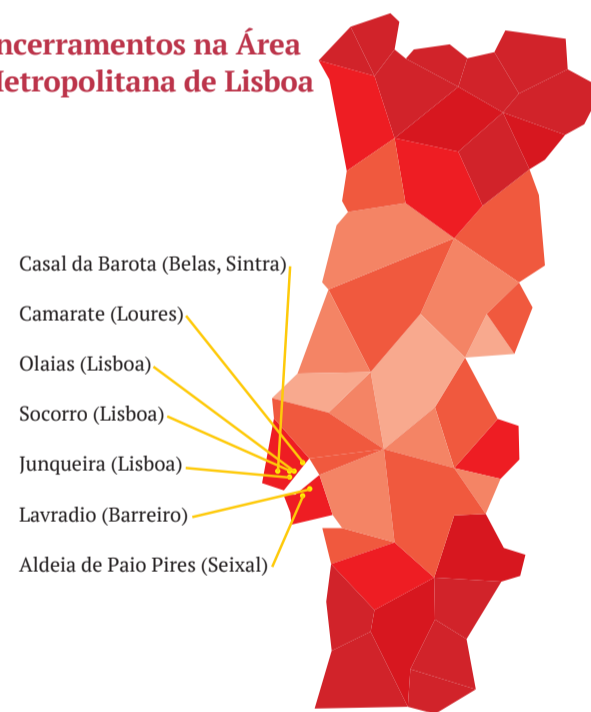
ramento” na Aldeia de Paio Pires onde vivem cerca de 15 mil habitantes “com um número significativo de pessoas com dificuldades de mobilidade”. Também no Lavradio, a Comissão de Utentes dos Serviços Públicos do Barreiro recordou que os CTT já tinham fechado os postos de Coina e Palhais, a estação na Quinta Grande e em Santo António da Charneca e insiste que está contra que o serviço passe a ser prestado pelas juntas de freguesia ou por papelarias.

O PCP, um dos partidos que esteve presente em todas as concentrações e que levantou a questão na Assembleia da República, é da mesma opinião. Os comunistas entendem que os postos que estão a ser negociados com as autarquias não vão abarcar todas as funções que as estações garantiam e questionam na sua página: “por que devem as autarquias assumir um custo que deveria ser suportado pelos CTT?”. Já Jorge Costa, deputado do BE, defendeu no programa da TSF, *Política Dura*, que é da opinião que o



Trabalhadores em protesto

## Encerramentos na Área Metropolitana de Lisboa



hora do encerramento normal da estação, com o encerramento da estação e a colocação do papel pardo nas montas e portas”, afirmou. Os trabalhadores foram deslocados para outros locais de trabalho, acrescentou.

O SNTC entregou uma petição, com 8.600 assinaturas, ao presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues, no final de uma manifestação que se concentrou em frente ao parlamento. Mais de 80% das assinaturas foram recolhidas presencialmente em todo o país e visam “defender a prestação do serviço público e universal de correio com qualidade, lutar contra os despedimentos e o encerramento de estações de correio”, segundo Victor Narciso, secretário-geral deste sindicato.

Ao longo do mês de janeiro, foram dezenas as ações de protesto com a participação de centenas de utentes e trabalhadores. Em Camarate, a comissão de utentes que esta estação serve cerca de 35 mil habitantes e atende diariamente uma média de 200 pessoas, em particular idosos e empresas locais. Já a Câmara Municipal do Seixal, num comunicado, anunciou que pediu uma reunião à administração dos CTT por considerar esta medida “lesiva dos interesses da população e contrária ao desenvolvimento do concelho”. A autarquia não entende a “lógica do encer-

regulador e o Estado devem “iniciar o processo de rescisão do contrato de concessão dos CTT aos privados”. Uma posição contestada pelo PCP que entende que essa decisão retiraria aos CTT “o dever e o direito de assegurar o Serviço Postal Universal” e que isso se aproxima “da ideia expressa pelo maior acionista da empresa, que afirmou que ‘os CTT não são uma empresa de correios, são uma empresa financeira e de logística’”. Sem a concessão, os CTT “passariam a operar no mercado liberalizado, e apenas a entregar o correio ‘à procura solvente’, ou seja, a quem quisessem, nos prazos que quisessem e ao preço que quisessem”. O deputado social-democrata, Pedro Duarte, concordou que “o serviço público não está a ser cumprido” apesar de ter sido o seu partido, no governo, a liderar o processo de concessão. Vários deputados do PS mostraram abertura para a recuperação da empresa para a esfera pública. Até ao momento não se vislumbra essa possibilidade com um governo cujo partido incluiu a privatização dos CTT no PEC IV durante o mandato de José Sócrates e assinou o memorando com a troika que incluía a mesma medida. Já a 15 de dezembro, uma proposta do PCP visando a recuperação do controlo público, tinha sido chumbada na Assembleia da República por PS, PSD e CDS.

Luta na ex-Triumph

## «A Gramax deu cabo da nossa vida»



Trabalhadoras da ex-Triumph concentradas à porta da fábrica

Rute Ferreira é uma das dezenas de mulheres que se revezam, dia e noite, em Sacavém, para impedir que a administração da Gramax consiga retirar da fábrica máquinas e documentos depois de ter declarado insolvência no fim de dezembro. «Trabalho aqui há 17 anos e sou costureira especializada. Desde novembro que não recebemos», denuncia a operária têxtil à *A Voz do Operário*. Ao seu lado, numa tenda improvisada, algumas trabalhadoras aquecem-se à volta de um fogareiro e outras organizam os alimentos que vão recebendo. «Há gente a quem já cortaram a luz e a água e que tem rendas em atraso. É muito complicada a situação, sobretudo, para os vários casais que trabalham aqui», explica.

Há um ano e meio, a marca alemã de roupa interior feminina tomava a decisão de vender a fábrica de Sacavém à Gramax, empresa do mesmo país. A Triumph rompia, desta forma, uma relação com Portugal que durava desde 1961. Os 463 trabalhadores, maioritariamente mulheres, assistiram ao desfecho do negócio através da imprensa. Numa cerimónia, em janeiro do ano passado, a que assistiu o ministro da Economia, Miguel Caldeira Cabral, o presidente executivo da TGI - Têxtil Gramax Internacional - falava na modernização desta unidade fabril e fazia promessas de sucesso. «A TGI é um negócio rentável», afirmava por seu lado Alexander Schwartz, um dos fundadores da Gramax Capital.

A verdade é que em apenas um ano o panorama se degradou ao ponto de as trabalhadoras sentirem que a Gramax veio para enterrar definitivamente a fábrica têxtil. «Diz-se que a Triumph entregou a empresa a um grupo de investidores para a encerrar. Há empresas que são especializadas nisso. A vantagem é passar a responsabilidade do fecho e do desemprego de centenas de pessoas para uma marca desconhecida», observa Rute Ferreira. «A Triumph Internacional é a principal responsável pelo que estamos a passar e a Gramax deu cabo da nossa vida», acrescenta.

Perto da entrada, Elsa Machado e Dora Viegas separam os produtos oferecidos solidariamente por dezenas de organizações. Elsa explica que os “sacos so-

lidários” se destinam a distribuir pelas trabalhadoras com mais dificuldades e Dora recorda que já não recebem há três meses. Tampouco o subsídio de Natal que é, em muitos casos, um alívio para dívidas em atraso. Em contrapartida, além da visita regular de Bernardino Soares, as operárias contaram com a solidariedade institucional da Câmara Municipal de Loures. A autarquia cedeu uma casa-de-banho portátil e um stand para se abrigarem do frio onde não falta a lenha fornecida pelos Bombeiros Voluntários de Sacavém e uma tenda do PCP.

Junto à cancela da fábrica, as trabalhadoras não arredaram pé. Afirmavam que enquanto não vissem os seus direitos respeitados não entraria nem sairia nada da fábrica. Rute Ferreira foi taxativa: «Os dois gerentes que tínhamos aqui renunciaram ao cargo e estamos sozinhas. Por duas ou três vezes, já vieram camiões para tentar levar material e não deixámos. Estamos aqui 24 horas por dia a assegurar que nada sai porque isso é o que assegura os nossos salários e as nossas indemnizações».

Depois de um mês de luta, os tribunais decidiram, finalmente, decretar a insolvência e confirmar o despedimento coletivo. O direito ao subsídio de desemprego e o acesso ao fundo de garantia social estão agora assegurados às operárias da ex-Triumph.

**1961** Triumph abre fábrica em Portugal

**Set. 2016** Gramax compra unidade de Sacavém que muda o nome para Têxtil Gramax Internacional (TGI)

**Jan. 2017** Gramax anuncia investimento de um milhão de euros na TGI

**Nov. 2017** Empresa suíça falha pagamento de salários e anuncia despedimento de 150 trabalhadores

**Dez. 2017** Declarada insolvência da TGI



saúde

## Controle a sua tensão arterial

Deve controlar a sua tensão arterial com regularidade, pelo menos a partir dos 50 anos.

Ora, o sangue circula nas veias e nas artérias com mais ou menos força. Na aorta a pressão é máxima e nas veias é mínima. É necessário haver esta diferença para o sangue circular.

Quando a pressão é demasiado alta, o sangue bate nas artérias com muita força o que pode ser perigoso, o coração começa a trabalhar mais do que pode e a pessoa começa a cansar-se o que pode levar a algumas doenças do coração.

A tensão máxima nas artérias chama-se tensão sistólica. A baixa corresponde ao valor da pressão de sangue quando o coração ‘descansa’.

Normalmente, a tensão sistólica vai aumentando com a idade, as artérias começam a endurecer, e é por isso que as pessoas mais velhas têm tendência a terem a tensão mais alta. Embora isso também se deva a mudanças hormonais, factores genéticos, hábitos de vida, ao stress, à alimentação, a ser-se sedentário.

Há muitos estudos, por exemplo, na Universidade *Sapienza* de Roma, em que se demonstrou que a pressão arterial alta pode danificar algumas conexões nalgumas áreas do cérebro.

O rim, também nessas situações, tem que trabalhar mais para depurar o sangue.

Cuidado com o stress exagerado.

Também pode acontecer, quando as pessoas têm apneia do sono, haver uma diminuição de oxigénio e o corpo reagir libertando hormonas que estimulam a circulação contraindo as artérias e levando a uma subida da tensão.

A pressão arterial não é constante ao longo do dia, tem pequenas variações, é influenciada pelo sistema nervoso e pelas alterações respiratórias e pela frequência cardíaca.

Deve-se medir a tensão arterial depois de estar mais ou menos cinco minutos sossegado. Não se deve medir depois dum exercício físico, até as emoções fazem variar a tensão arterial.

- Cuidado com o excesso de stress.
- Não deve fumar
- Deve beber água
- Não abuse dos anti-inflamatórios
- Evite o sal
- Faça exercício físico de acordo com a sua idade
- Caminhe durante o dia
- Relaxe
- Durma bem, as horas necessárias, que também variam com a idade, quanto mais idoso, menos horas precisa de dormir.

Assembleia da República

# Presidente veta alterações ao financiamento dos partidos

O Presidente da República justificou o veto, em janeiro, às alterações à lei do financiamento dos partidos que tinham sido aprovadas na Assembleia da República pela esmagadora maioria dos deputados, com a falta de “fundamentação publicamente escrutinável”. Marcelo Rebelo de Sousa deu assim razão a diferentes órgãos de comunicação social vinculados com os grandes grupos económicos que noticiaram a existência de negociações parlamentares secretas para a viabilização das mudanças na lei. As informações veiculadas pela imprensa em geral revelaram-se, contudo, falsas uma vez que os debates não só estavam publicamente agendados como foram transmitidos em direto no Canal Parlamento.

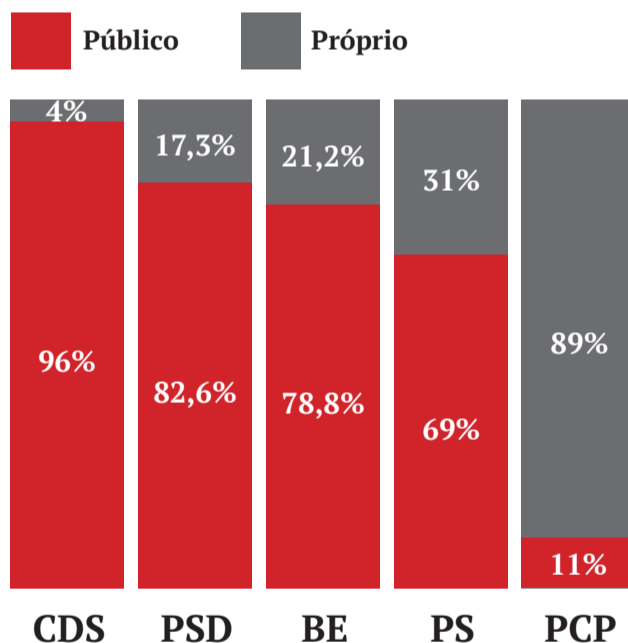
Entre as alterações à atual legislação, os diferentes partidos, exceto o CDS-PP e o PAN, ampliaram o limite para as verbas obtidas através de iniciativas de angariação de fundos e o alargamento do benefício da isenção do IVA a todas as atividades partidárias para além das relacionadas com a propaganda. O CDS-PP que se mostrou satisfeito com o veto presidencial é o que mais depende dos bolsos dos contribuintes. Segundo dados da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos junto do Tribunal Constitucional, entre 2011 e 2015, apenas 4% do dinheiro que entrou nos cofres do partido liderado por Assunção Cristas não era público. Já em 2004, o CDS-PP tinha sido investigado pela Polícia Judiciária por um financiamento que deu nas vistas. Vários funcionários depositaram 1.060.250 euros numa conta do BES durante quatro dias com dinheiro vivo dividido em 105 entregas sempre inferiores a 12.500 euros que era à data o limite a partir do qual era obrigatória a comunicação às autoridades de combate à corrupção.

O partido que menos depende do financiamento estatal é o PCP cujas receitas próprias atingiram, no mesmo período, 88,8%. Apesar de terem aprovado as alterações que consideram introduzir “melhorias” na legislação, ainda que “insuficientes”, os comunistas continuam a rejeitar a lei desde que foi promulgada em 2003. É o único partido que defende o fim do financiamento público.

“Absurda, antidemocrática e inconstitucional” é como a caracterizam já que, como dizem em comunicado, “impõe limitações à liberdade de atuação dos partidos” e dificulta a recolha de fundos assente “na iniciativa própria e na contribuição de membros do partido e seus simpatizantes” mantendo o financiamento público através de “elevados montantes das subvenções estatais que o PCP já propôs reduzir”.

Por sua vez, o BE mostrou-se disponível para melhorar a lei e anunciou que essa apreciação “deverá corrigir as deficiências de escrutínio público apontadas pelo Presidente da República” sem nunca especificar a que falhas se refere. Os bloquistas, que a seguir ao CDS-PP são os que mais dependem do financiamento estatal, insistem que ainda assim é preciso salvaguardar as correções recomendadas pelo TC junto dos partidos.

## Financiamento público e próprio dos partidos



Fonte: Contas dos partidos 2011-2015. Entidade das Contas e Financiamentos Políticos junto do Tribunal Constitucional.

## Dia Internacional da Mulher

# Por um mundo de igualdade e justiça social

No dia 8 de março, comemora-se mais um Dia Internacional das Mulheres. A data que tem origem na proposta da comunista alemã, Clara Zetkin, surgiu em 1911 a partir do movimento socialista e operário e tinha como principais reivindicações o sufrágio universal e melhores condições laborais.

Para assinalar este dia, o MDM - Movimento Democrático das Mulheres – convocou uma manifestação com o mote “Igualdade e Justiça Social no presente, com futuro!”, para o dia 10 de Março, às 14h30, nos Restauradores, em Lisboa.

Mais de um século depois, o MDM considera que as “desigualdades, discriminações e violências” persistem, apesar da luta encetada por tantas gerações de mulheres. Para o movimento é “urgente viver em igualdade, sem violências, com justiça social, num mundo de paz” e

exigem uma política que:

- ponha fim ao desemprego, precariedade e discriminação salarial;
- respeite a função social da maternidade e paternidade;
- combata as violências contras as mulheres e a mercantilização do seu corpo;
- valorize o estatuto social das mulheres.

## 50.º aniversário do MDM

2018 é também o ano em que o MDM comemora 50 anos. A data será marcada com uma exposição documental na Biblioteca Nacional de Portugal a inaugurar a 15 de fevereiro, pelas 16 horas, e estará patente até dia 19 de Maio.

## ANACOM



# TDT tem cada vez menos clientes

A Televisão Digital Terrestre (TDT) ficou aquém do que esperado, conclui um estudo promovido pela Autoridade Nacional para as Comunicações (ANACOM) que denuncia, ainda, um conflito de interesses com a MEO, atual detentora do Direito de Utilização das Frequências (DUF). O documento diz que, se o caminho atual for mantido, “a penetração irá continuar a decrescer e os utilizadores da TDT serão indubitavelmente as populações de menor rendimento disponível, do interior e com menos apetência tecnológica”.

Os autores do estudo sugerem que “deve ser ainda analisada e equacionada a implicação, em termos de conflitos de interesse”, uma vez que a MEO, atual detentora da DUF, possui simultaneamente um operador de TV por cabo e satélite. “Acréscimo a este facto que a MEO formalizou ainda uma proposta sobre o Grupo Media Capital, onde se encontra a TVI, um dos clientes do serviço do titular do DUF”, sublinham no documento. Reforça-se a ideia de que a oferta da TDT é uma das mais fracas da Europa e que deve ser diversificada como pedem vários autarcas do interior do país.

A perda de utilizadores é também outra das conclusões do estudo. Um dos problemas mais graves continua a ser a inexistência de sinal em vários pontos das zonas raianas ao ponto das câmaras municipais e das juntas de freguesia se verem obrigadas a investir em repetidores do sinal.

Já a Altice garantiu, em comunicado enviado às redações, que “cumprir e sempre cumpriu as obrigações que lhe foram determinadas em sede de qualidade de serviço” e que “tem pautado a sua conduta no estreito e cabal cumprimento das obrigações que lhe foram determinadas e dos compromissos que, igualmente, assumiu, sem que tenha tido qualquer indicação em contrário por parte das entidades responsáveis”.

Apesar da resposta da empresa proprietária da MEO, José Carlos Valente, presidente da Junta da União das Freguesias de Aveleda e Rio de Onor, assegurou em entrevista à SIC que o processo começou mal desde o princípio com a operadora a sonegar informação aos clientes da TDT.

A emissão regular de TDT começou em 2009 e o apagão analógico dos retransmissores espalhados pelo país deu-se em 2012 cumprindo uma diretiva da União Europeia que obrigava os estados-membros a aderir ao digital.

## Brasil



Milhares protestam contra golpe no Brasil

## «Eleição sem Lula é fraude»

A multidão que acompanhou o ex-presidente brasileiro em Porto Alegre contrastou com o enorme aparato de segurança que protegia os três juízes do Tribunal Regional Federal que ampliaram a sentença determinada pelo juiz Sérgio Moro para 12 anos de prisão. Apesar de os advogados de defesa insistirem que não há quaisquer provas das acusações de corrupção, a balança pendeu na direção oposta para alívio dos principais grupos económicos e financeiros que já tinham judicializado a política através de um impeachment que levou à destituição de Dilma Rousseff. No mesmo dia, do outro lado do Atlântico, o presidente não eleito Michel Temer anunciava no Fórum Económico Mundial que o Brasil estava de volta. Aos restantes países presentes,

quis deixar uma mensagem de tranquilidade: “não há alternativa à agenda de reformas”.

Mas longe do sossego de Davos, a decisão judicial serviu de rastilho para enormes manifestações de repúdio nas principais cidades brasileiras. Em vários pontos da geografia, a revolta levou ao corte de estradas com pneus incendiados. O secretário-geral da Central dos Trabalhadores do Brasil, Wagner Gomes, apelou à resistência popular e anunciou que se o governo conseguir aprovar a reforma da previdência será convocada “a maior greve geral da história”. Já Lula da Silva reafirmou a sua inocência e ironizou dizendo que se de fato o apartamento, do qual nunca usufruiu nem está em seu nome, é seu como dizem os tribunais

então que seja ocupado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Pouco antes, um representante dessa organização avisava que “se alguém lhe tocar com um dedo [no ex-presidente], o ‘bicho’ vai pegar nesse país”. Lula falou ainda do seu compromisso com a luta do povo brasileiro e anunciou que será candidato à eleições presidenciais que se realizam no último trimestre deste ano.

A decisão dos tribunais foi antecedida por iniciativas de solidariedade um pouco por todo o mundo. Cinco dias antes, cerca de duas centenas de pessoas encheram a Casa do Alentejo, em Lisboa, para ouvir Manuela D’Ávila, pré-candidata do Partido Comunista do Brasil ao plebiscito, falar da situação política naquele país e da luta contra o golpe.

## Venezuela

## Eleições presidenciais até 30 de abril

No 60.º aniversário do fim da ditadura militar venezuelana, os deputados à Assembleia Constituinte mandataram por unanimidade o Conselho Nacional Eleitoral para agendar o plebiscito até ao fim de abril. “O mundo quer aplicar-nos sanções e nós vamos aplicar eleições porque aqui não governa nenhum império”, afirmou no parlamento Diosdado Cabello, também vice-presidente do Partido Socialista Unido da Venezuela. Durante a sua intervenção, o deputado constituinte anunciou Nicolás Maduro como o “único candidato do povo revolucionário”.

No mesmo dia em que um mar de gente invadiu Caracas para celebrar a queda do fascismo em 1958, o atual presidente da Venezuela assegurou que está disponível para liderar a candidatura “se o Partido Socialista, se as forças do Grande Pólo Patriótico [coligação entre os vários partidos que apoiam o processo], se a classe operária, as mulheres e a juventude” assim entenderem.

A convocatória de eleições para o primeiro quadrimestre deste ano é também uma resposta à União Europeia que decidiu, por unanimidade, aplicar sanções à Venezuela adotando um quadro legal para impor medidas contra os responsáveis políticos daquele país. Entre as sanções, conta-se a proibição de entrar em território da UE e o congelamento das contas bancárias.

## Grécia

## União Europeia quer mais austeridade

Na primeira reunião liderada pelo ministro português das Finanças, Mário Centeno, no final de janeiro, o Eurogrupo exigiu ao governo de Alexis Tsipras que complete as reformas que ainda faltam antes do prazo definido para o fim do programa de austeridade imposto por Bruxelas. Só, então, a Grécia poderá aceder aos 6,7 mil milhões do Mecanismo Europeu de Estabilidade assinando um memorando suplementar de entendimento que conduzirá, provavelmente, a mais cortes.

Antes do encontro com o Eurogrupo, o governo grego tinha já aprovado medidas que incluía o 13.º corte de pensões

desde 2010, uma diminuição do número de contribuintes abrangidos pela isenção de impostos e a criação de um sistema eletrónico para as execuções hipotecárias. O ponto mais polémico do pacote de reformas exigido pela UE altera a lei da greve passando de 20 para 50% a representação necessária para convocar uma paralisação.

As medidas de austeridade que foram aprovadas em solitário pelos partidos que compõem a coligação governamental - Syriza e Anel - receberam a contestação dos trabalhadores gregos que aderiram em força à greve geral convocada pelas centrais sindicais.

## Colômbia

## Assassinatos marcam pré-campanha eleitoral

A violência paramilitar juntou mais vítimas ao seu rol sangrento de assassinatos na Colômbia com a morte de dois ex-combatentes das FARC. Para além da condenação dos movimentos sociais, da esquerda, onde se inclui o partido Força Alternativa Revolucionária do Comum (FARC) que sucedeu à organização guerrilheira, a ONU e o enviado especial da União Europeia rejeitaram o crime contra Wilmar Aspirilla Allim e Ángel Montoya Ibarra. Na noite anterior, dois homens tinham assassinado, em Barrancabermeja, Víctor Manuel Morato, reconhecido dirigente social na região. Também no dia seguinte, o movimento político de esquerda Marcha Pa-

triótica denunciava o assassinato de outro líder camponês. A morte de Plinio Pulgarín levou à fuga de 12 famílias da zona. Desde que foram assinados os acordos de paz, em Havana, 34 ex-guerrilheiros e 13 familiares foram já assassinados, além de 140 dirigentes e ativistas sociais. Na mesma semana, a rutura do cessar-fogo anunciado pela organização guerrilheira Exército de Libertação Nacional reatou combates com grupos paramilitares que conduziram à fuga de pelo menos mil colombianos em diferentes pontos do país. A violência tem marcado o período prévio à campanha oficial para as presidenciais que se realizam a 27 de maio.

## Literatura

## Dez anos sem Luiz Pacheco

Rita Morais

Passaram, em janeiro, dez anos sobre a morte de Luiz Pacheco. Escritor lisboeta, mas a outros lados emprestado, nasceu quando o século XX celebrava um quarto.

Partilhava com o seu conterrâneo por afinidade – *El Mano Sadino* – o culto da libertinagem e com esse radical se epítetou por via da vida que ora escolheu, ora “que remédio”.

Filho de classe média com biblioteca, em jovem, amorosamente envolvido com menores, acabou duas vezes na prisão do Limoeiro.

Foi extraordinário aluno da Faculdade de Letras durante dois anos e meio antes de a abandonar.

Trabalhou 14 anos no Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo. Sofreu processos disciplinares, quis sair pelo próprio pé. Mandou a estabilidade às favas, certamente, porque lhe roubava tempo para as letras.

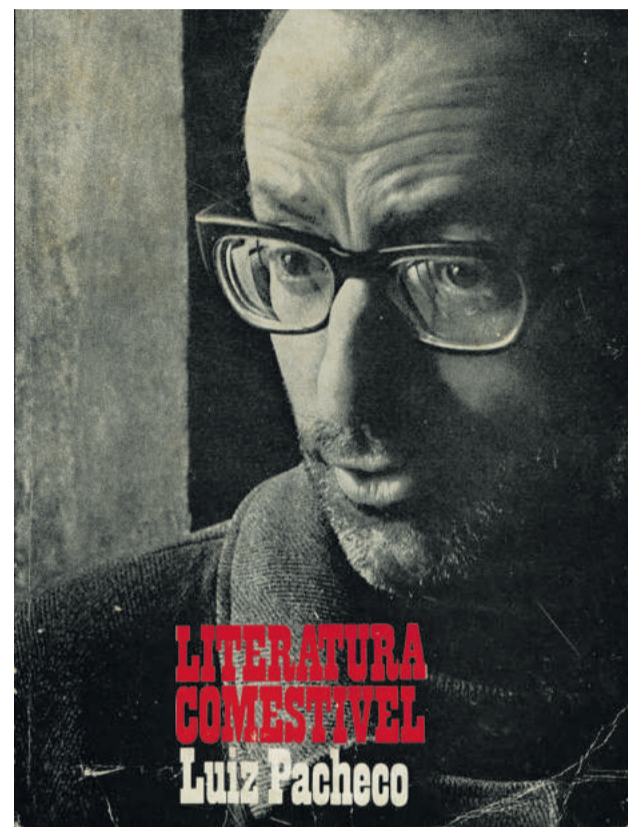
A partir daqui, passou por grandes provações materiais. Teve oito filhos frutos da relação com três mulheres, duas delas irmãs. Era o pior tipo de hipocondríaco – de doenças sofria de muitas e crónicas.

Escritor dizíamos, mas não menos editor. Com a sua *Contraponto*, espaço ímpar de resistência à literatura cor-

riqueira, comercial e academista, editou audaciosamente nomes e obras maiores da literatura portuguesa como *Manual de Prestidigitação*, de Mário de Cesariny, e *O Amor em Visita*, de Herberto Helder. Fazia tudo para editar o que queria e quem queria. As traduções de Sade ficaram fichadas na Pide. Seleccionava, paginava, revia, publicava, vendia. “Editor Orquestra”, chamou-lhe Vítor Silva Tavares. Dos projetos, tão depressa urgentes como já provisórios, libertava-se assim que podia, para, de acordo com a nova ideia, se dedicar à feitura de algo verdadeiramente sólido. Quem o ouvir parece que fez pouco. Não é verdade: *Comunidade* (1964), *O Libertino Passeia por Braga*, *a Idolátrica*, *o Seu Esplendor* (1970), ou *O Caso das Criancinhas Desaparecidas* (1986), colocam Pacheco no conjunto dos incontornáveis da literatura em português.

Com a existência em vai-vem, valeram-lhe amigos e a capacidade de se desenrascar de formas criativas – ficou famosa a pré-venda de publicações que não viriam a ser publicadas.

Acabou sendo um velho a perecer num lar, encostado a uma janela, com medo da luz, com medo da rua. Nem nisto se livrou do pitoresco cruel da realidade. Teve um funeral como quis “como o do Ary. Com bandeira do Partido [PCP] e discurso”. Não fazia por menos, não merecia menos.



## Atores seniores

## Programa de bolsas da GDA

Novo programa de bolsas vai promover a contratação de atores seniores.

A Fundação GDA – Fundação criada a partir da Cooperativa Gestão dos Direitos dos Artistas - e a GEDIPE – Associação para a Gestão Coletiva de Direitos de Autor e de Produtores Cinematográficos e Audiovisuais - estão a promover em conjunto um novo programa de bolsas que se destina a atores e atrizes seniores, ou seja, com idade igual ou superior a 65 anos, que não tenham rendimentos declarados provenientes do setor audiovisual nos últimos 12 meses, não usufruam de um rendimento mensal superior a 1,5 salários mínimos e que não sejam artistas protagonistas das obras candidatas.

As Bolsas de Integração Profissional para Artistas Seniores começam em Janeiro e contam com o valor de 90 mil euros. Serão financiadas em igual percentagem pelos dois organismos proponentes do projeto e cada uma das bolsas irá cobrir 70% dos honorários, até 3 mil euros dos salários dos atores.

Para poderem ter direito a uma destas bolsas, os atores terão de se registar, a partir de 2 de janeiro, numa área do site da Fundação GDA, a que também terão acesso produtores e realizadores interessados em avançar com propostas de contratação.

Devido à grande precariedade que esta profissão está sujeita e à falta de direitos básicos (como direito a subsídio de desemprego ou direito à reforma) os atores mais velhos encontram-se especialmente desprotegidos. A constituição deste programa, não resolvendo os problemas de fundo que afetam o setor, visa promover o acesso à atividade profissional, numa fase em que muitos dos atores são afastados devido à falta de oportunidade para pessoas idosas.

## Sugestões culturais:

**Medeia – no Teatro Ibérico até dia 1 de março**

A Companhia João Garcia Miguel vai levar à cena a Tragédia grega *Medeia* de Eurípedes com encenação do mesmo. Numa reinterpretação de um dos maiores clássicos do teatro, o grupo diz pretender explorar a “atualidade e pertinência que permite refletir sobre a diminuição do poder simbólico no mundo contemporâneo, o papel do feminino na redefinição do tecido político e social e as questões sobre a emigração”. A peça é interpretada por Sara Ribeiro e David Pereira Bastos. Os preços vão dos 5€ aos 10€ e as reservas podem ser feitas através dos e-mails: bilheteira@teatroiberico.org; sara@joaogarciamiguel.com.

**Obra completa de Rimbaud em português**

A Relógio d'Água vai publicar, pela primeira vez, a obra completa de Arthur Rimbaud. O volume chega às livrarias no mês de janeiro e inclui todos os poemas do poeta francês, escritos entre 1868 e 1873, e ainda *Uma temporada no inferno* e *Iluminações*, obras já publicadas em Portugal separadamente. Além da poesia, a edição da Relógio d'Água inclui ainda cartas escritas pelo poeta entre 1870 e 1875.

**The Handmaid's Tale**

Apesar da segunda temporada já ter estreado nos EUA, por cá ainda vamos na primeira temporada, mas por isso mesmo ainda vai a tempo de não perder nenhum episódio da série, que em Portugal está disponível apenas no serviço Nos Play. Trata-se duma adaptação do livro de Margaret Atwood e retrata uma

realidade distópica, num futuro onde escasseiam mulheres férteis e estas são tornadas escravas reprodutoras da classe dominante, com muitos pormenores sórdidos pelo meio.

**“Tensão e Conflito. Arte em conflito após 2008”**

Esta é uma exposição em vídeo que vai poder ver até dia 19 de março no Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia em Lisboa. A exposição foca-se no registo em vídeo dos impactos e das consequências da crise financeira global de 2008. No museu estão reunidas obras de 22 artistas que, dos Estados Unidos e América Latina à Europa e ao Médio Oriente, filmaram as suas visões pessoais sobre a crise do capitalismo que abalou o mundo, a agitação política a ela associada e as respostas que emergiram neste novo contexto.

## Mobilidade



Portagens na Ponte 25 de Abril também subiram

## Aumentos nas portagens

Mais de um terço dos troços de autoestradas viu as taxas das portagens aumentadas pelas várias concessionárias no arranque do ano. Em regra, os aumentos são de cinco cêntimos nos veículos de Classe 1. Há casos, como na Ponte Vasco da Gama, em que a atualização chega aos quinze cêntimos nas classes 3 e 4. Já na Ponte 25 de Abril, as categorias 2 e 3 foram aumentadas em dez cêntimos. Em resultado do contrato de concessão prevê-se a atualização anual de portagens, nas travessias do Tejo, independentemente do valor da inflação. O Ministério do Planeamento e Infraestruturas homologou todos os pedidos de atualização anual em 37% das tarifas, sendo a Brisa a concessão que regista o maior número de casos, 172 troços. Nas 300 taxas de portagem que foram criadas nas antigas SCUT (Norte Litoral, Grande Porto, Costa de Prata, Interior Norte, Beira Litoral e Alta, Beira Interior e Algarve) haverá alteração em 99 tarifas – pelo que 67% dos troços ficam sem alteração. No caso das concessões Norte e Grande Lisboa, haverá alteração em 34% das taxas de portagem, o que implica aumentos em 41 troços.

A reação das populações não tardou e fez-se ouvir no Algarve. Dezenas de veículos participaram numa marcha lenta que atravessou a Estrada Nacional 125, entre Portimão e Lagos, em protesto contra a cobrança de portagens na Via do Infante (A22). Dias antes, a comissão de utentes acusava o governo de voltar “a enganar o Algarve”, ao prometer reduzir as portagens na A22 em 50%, embora esta redução tenha sido de 15% e já tenha havido dois aumentos. No interior, os autarcas exigem o fim da cobrança nas antigas SCUT. Já a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela aprovou por unanimidade um voto de indignação pelo aumento de portagens nas antigas SCUT A23 e A25. “Aprovámos um voto coletivo de indignação pelo aumento das portagens, bem como um pedido urgente de reunião ao senhor ministro do Planeamento e das Infraestruturas, porque, de facto, esta situação é um balde de água gelada relativamente às expectativas criadas”, referiu Paulo Fernandes, após a primeira reunião do ano entre os presidentes dos 15 municípios da região. Por sua vez, o presidente da Associação Empresarial de Vila Real, Luís Tão, manifesta perplexidade face ao aumento das portagens e defende uma isenção proporcional aos anos de atraso do interior, em relação ao conjunto do país.

Entretanto, o governo já veio admitir a possibilidade de redução de portagens no interior. O ministro Adjun-

to, Pedro Siza Vieira, assumiu aos jornalistas que o Ministério do Planeamento e das Infraestruturas está a estudar a hipótese sem, no entanto, ter avançado qualquer data. “Confirmando que, de facto, o Ministério está a fazer essa avaliação, sempre no sentido de contribuir para a competitividade da atividade económica no interior, na medida em que o objetivo do Governo é incentivar o investimento, como forma de criação de emprego e retenção e atração de populações.”, afirmou Siza Vieira.

### Espanha resgata autoestradas

Este mês, o governo espanhol assumiu a exploração de autoestradas que estavam concessionadas a várias empresas de construção e cuja falência se traduz numa dívida estimada em mais de dois mil milhões de euros a ser paga pelo erário público. Entretanto, os credores acreditam que as perdas possam chegar aos 4,5 mil milhões de euros. Em 2014, a então ministra das Finanças, Ana Pastor, assegurava que a solução para o problema das autoestradas falidas não ia custar um cêntimo aos bolsos dos espanhóis.

### Brisa executa Estado

O incumprimento do Estado no que diz respeito ao pagamento dos valores relativos aos sobrecustos da construção da Autoestrada do Centro, entretanto suspensa, levou a Brisa a recorrer novamente aos tribunais. Em fevereiro do ano passado, o Estado foi condenado a pagar 53 milhões e o grupo avançou com uma ação de execução com os juros a rondarem, hoje, um milhão.

A concessão Douro Litoral foi adjudicada em dezembro de 2007, numa altura em que estava em cima da mesa o projeto da Autoestrada do Centro. O abandono dessa medida do governo levou, no entanto, a um pedido de reposição do equilíbrio financeiro, seis anos mais tarde. O Estado acabou condenado ao pagamento dos valores relativos aos sobrecustos na fase de construção e a duas outras taxas.

Recentemente, a Brisa viu-se envolvida noutra polémica quando decidiu chumbar os descontos dos combustíveis nas autoestradas A1 e A2 ao barrar a proposta da petrolífera Q8, da Kuwait Petroleum Corporation, que propunha oito estações de serviço com combustíveis mais baixos até 14 cêntimos por litro.

## A Voz do Operário há 100 anos

### As novas theorias pedagogicas

D’uma revista de ensino recortamos o seguinte trecho humorístico:

«Ao de leve...

O professor da Escola Modernissima de X... é procurado na sua escola por um cavalheiro, o sr. B..., perfeito gentleman correctamente vestido. Introduzido na sala de aula, toma lugar n’uma cadeira à direita do professor, o qual se prepara para continuar a sua interrompida prelecção sobre educação moral. Os alumnos, todos de bonet, na cabeça, sentam-se uns nos bancos, outros no chão, outros põem-se a cavallo na mesa do professor, enquanto um pequeno grupo joga o dominó a um canto da sala.

- Estão em recreio? Pergunta attentiosamente o visitante.

- Não, senhor. Só aquelle pequeno grupo (e aponta os jogadores de dominó) é que não querem agora lição... os outros querem lição de moral...

- Mas não há horários? Inquire um tanto embaçado.

- Que horror! Velharias que os reaccionários do ensino pretendem ainda impôr-nos, mas que as ondas revolucionárias do processo vão atirando para longe, como attentatórias da liberdade da creança...

- Ah! Sim. Sim. Compreendo.

(os rapazes levantam-se, sahem em tropel, dizendo: Por agora basta de espigas; às onze horas queremos «leitura».)

O visitante despede-se do professor, desce as escadas de chapéu na mão saudando cortezmente os alumnos, os quaez não se descobrem à sua passagem, enquanto no vasto pateo os académicos gritam com toda a força dos seus juvenis pulmões: Abaixo a civilidade! Abaixo os pinocas! Viva a sociedade futura!

- Chaffeur, não visito mais escolas modernas; vamos ao Limoeiro!»

3 de Fevereiro de 1918

### A acção socialista

Tendo o governo, ao organizar as actuaes comissões administrativas, para os municípios e para as juntas de freguezia, consultado o Partido Socialista se aceitava o fazer parte d’essas comissões, reuniram os corpos directivos do Partido para resolverem o assumpto. A discussão foi longa, prolongando-se durante duas sessões; e o Conselho Central apresentou o seguimento documento que foi approvedo:

Considerando que o momento nacional que decorre, mercê da guerra e das imprevidências ou crimes da burguezia, é de uma gravidade extrema e que medidas urgem de verdadeira salvação publica, para cuja proposição e realização o Partido Socialista só dehumanamente poderia recusar o seu concurso.

O Conselho Central, ouvidas a Confederação do Sul e a Federação Municipal de Lisboa, entende que não há menoscabo para os princípios socialistas que no, actual momento, companheiros nossos tomem parte nas comissões administrativas deixando, porém às organizações locais o direito de não fornecerem elementos para as comissões quando assim o tiverem por conveniente.

3 de Fevereiro de 1918